



Em 14/10/04
14/10/04
Assessoria de Planejamento

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO**

SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 4ª LEGISLATURA

**ATA SUCINTA DA 89ª
(OCTOGÉSIMA NONA)
SESSÃO ORDINÁRIA,**

EM 13 DE OUTUBRO DE 2004.

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Gim Argello e Paulo Tadeu.

SECRETARIA: Deputados Chico Vigilante e Eliana Pedrosa.

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

INÍCIO: 15 horas e 12 minutos.

TÉRMINO: 17 horas e 44 minutos.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRESENÇA: Compareceram os seguintes deputados:

- Aguinaldo de Jesus (PMDB)
- Aríete Sampaio (PT)
- Augusto Carvalho (PPS)
- Brunelli (PP)
- Chico Floresta (PT)
- Chico Leite (PT)
- Chico Vigilante (PT)
- Eliana Pedrosa (PFL)
- Erika Kokay (PT)
- Eurides Brito (PMDB)
- Expedito Bandeira (PMDB)
- Fábio Barcellos (PFL)
- Gim Argello (PMDB)
- José Edmar (PMDB)
- Odilon Aires (PMDB)
- Paulo Tadeu (PT)
- Pedro Passos (PMDB)
- Peniel Pacheco (PSB)
- Vigão (PP)
- Wilson Lima (PMDB)

1 - ABERTURA

Presidente (Deputado Paulo Tadeu):

- Está aberta a sessão.
Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

1.1 – LEITURADAATA

- São lidas e aprovadas, sem observações, as Atas da 88ª sessão ordinária e da 45ª sessão extraordinária.

**1.2 - COMUNICADOS DA MESA**

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 384, de 2004**, de autoria do Deputado Gim Argello.
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 385, de 2004**, de autoria do Deputado Gim Argello.
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 386, de 2004**, de autoria do Deputado Brunelli.
- **Requerimento nº 1.483, de 2004**, do Deputado Chico Vigilante.
- **Requerimento nº 1.484, de 2004**, de autoria do Deputado Paulo Tadeu.
- **Requerimento nº 1.485, de 2004**, de autoria da liderança do Partido dos Trabalhadores.
- **Requerimento nº 1.486, de 2004**, de autoria da Deputada Anilcéia Machado.
- **Requerimento nº 1.487, de 2004**, do Deputado Brunelli.
- **Indicação nº 2.903, de 2004**, de autoria do Deputado Odilon Aires.
- **Indicação nº 2.904, de 2004**, de autoria do Deputado Odilon Aires.
- **Indicação nº 2.905, de 2004**, de autoria do Deputado Odilon Aires.
- **Indicação nº 2.906, de 2004**, de autoria do Deputado Odilon Aires.
- **Indicação nº 2.907, de 2004**, de autoria do Deputado Odilon Aires.
- **Indicação nº 2.908, de 2004**, de autoria do Deputado Odilon Aires.
- **Indicação nº 2.909, de 2004**, de autoria da Deputada Anilcéia Machado.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Distrital Gim

LIDO
Em 13/0/04
Assessoria de Gabinete

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº **PDL 384/2004**
*(Do Sr. Deputado **GIM ARGELLO**)*

*Concede o título de Cidadão Honorário de
Brasília ao Senhor MANOEL VALDECI
MACHADO ELIAS.*

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

***Art.1º** - Fica concedido o título de Cidadão Honorário
de Brasília ao Senhor MANOEL VALDECI MACHADO ELIAS.*

*Art 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua
publicação.*

018074 0x04 16:21:29



JUSTIFICAÇÃO

Manoel Valdeci Machado Elias é formado em Administração de Empresas e **atualmente** está cursando a **faculdade de Direito**.

Valdeci chegou em **Brasília** em janeiro de 1961. Em 1974, ingressou como auxiliar nas Casas Pernambucanas na W/3 Sul, tendo inicialmente como mestre seu amigo Odair Domingos e logo depois o saudoso amigo Jairo Pacheco Fernandes, gigantes **profissionais do varejo**. Em 1986 assumiu a **Gerência Regional das Casas Pernambucanas no Distrito Federal, Goiás e Tocantins**. Em 1993 foi Diretor da Câmara de Diretores Lojistas do **DF** por 2 **mandatos**.

Em **2000**, Valdeci recebeu do Governo do Distrito Federal a comenda "Mérito Alvorada", pelos relevantes serviços prestados ao Distrito Federal como Conselheiro em diversos Órgãos.

Atualmente, além de empresário bem sucedido como Diretor Presidente das Lojas **A&A**, Valdeci é Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Águas Claras - **FACID-DF**.

Valdeci divide ainda o seu tempo com ofícios da Maçonaria e na representação da comunidade empresarial, nos Conselhos de Avaliação nas Faculdades **IESB** e Católica.

Por **tudo** o que fez e tem feito em prol do desenvolvimento econômico do Distrito **Federal**, o Senhor Manoel Valdeci Machado Elias faz jus ao Título de Cidadão Honorário de **Brasília**, o que enaltece sobremaneira essa **comenda**.

Sala das **Sessões**,


GIM ARGELLO
Deputado **Distrital**

L I D O
Em 13/10/04
Bancada do Plenário



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Distrital **Gim**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N°

PDL 385/2004

(Do Sr. Deputado **GIM ARGELLO**)

*Concede o título de Cidadão Honorário de
Brasília ao **Contra-Almirante NEWTON
CARDOSO.***

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

*Art.1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário
de **Brasília** ao **Contra Almirante NEWTON CARDOSO.***

*Art 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua
publicação.*



JUSTIFICAÇÃO

Newton Cardoso é natural de Mato Grosso.

Sua carreira militar iniciou-se em 1970 onde ocupava o posto de Guarda Marinha, em seguida foi **Segundo-Tenente** até ocupar o posto de **Contra-Almirante** da Marinha do Brasil no ano de 2001.

Realizou várias comissões como: Escola Naval, Contratorpedeiro “**PERNAMBUCO, PARÁ, ESPÍRITO SANTO e SERGIPE**”, Comando do 1º Distrito Naval, Comando do 4º Distrito, Estado Maior da Armada, Escola de Guerra Naval, Comando da Força de Contratorpedeiros, Adido Naval junho à Embaixada do Brasil na Itália, Gabinete do Ministro da Marinha, Gabinete do Comandante da Marinha, Comando da 1ª Divisão da Esquadra (**Comandante**), Comando do 7º Distrito Naval (**Comandante**).

Realizou vários cursos como: Controle Aéreo Anti-Submarino, Guerra **Eletrônica** para Oficiais, Adestramento **de** Corvetas, Básico da Escola de Guerra Naval, Comando e Estado Maior da Escola de Guerra Naval, Superior de Guerra Naval, **Atualizações** para Comandantes e **Política** e Estratégia Marítimas da Escola de Guerra Naval.

Recebeu várias condecorações, dentre elas: Medalha da Ordem do Mérito Naval, Medalha Militar de Ouro, Ordem do Mérito da Republica Italiana, Medalha do Mérito Marinheiro, Medalha da Defesa Civil do Distrito Federal e Medalha do Pacificador,



Atualmente é Comandante do Sétimo Distrito Naval (Brasília).

O Contra-Almirante Newton Cardoso é casado com Maria Elena Figueira Cardoso e tem quatro filhos.

Por tudo o que fez e tem feito em prol do cidadão brasileiro e brasileiro, em especial a Marinha do Brasil o Contra-Almirante Newton Cardoso faz jus ao Título de Cidadão Honorário de Brasília, o que enaltece sobremaneira essa comenda.

Sala das Sessões,

GIM ARGELLO
Deputado Distrital



**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N°
(Do Sr. Deputado Brunelli)**

**Concede o Título de Cidadão Honorário
de Brasília ao Senhor Embaixador da
Itália VINCENZO PETRONE.**

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Embaixador da Itália VINCENZO PETRONE.

Art. 2° - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Decreto Legislativo tem por objetivo conceder ao Senhor Embaixador da Itália VINCENZO PETRONE, o Título de Cidadão Honorário de Brasília. Trata-se de um dos mais ilustres diplomatas do mundo, respeitado por sua postura democrática e conciliadora no árduo mundo da diplomacia. Sua luta para a consolidação dos direitos e dignidade da pessoa humana são conhecidos e reconhecidos internacionalmente.

O homenageado nasceu em Foggia (Itália) aos 25 de agosto de 1946, formou-se em Ciências Políticas pela Universidade de Trieste aos 17 de março de 1970 e ingressou na carreira diplomática em 1971.

Após ter prestado serviço junto à Secretaria Particular do Sub-Secretário de Estado, de 1973 a 1976, ocupou o cargo de Segundo Secretário junto à Representação Permanente da Itália na sede da Organização das Nações Unidas em Nova Iorque, trabalhando no Setor de Cooperação ao Desenvolvimento da ONU.

De 1976 a 1979, como Primeiro Secretário e Chefe do Departamento Económico e Comerciai da Embaixada da Itália em Nova

013 3 7004 15 5005



Delhi (Índia) e de 1979 a 1982 foi Primeiro Secretário para a Emigração e Assistência Social junto à Embaixada da Itália em Bonn (Alemanha).

Retorna ao Ministério das Relações Exteriores em 1982 e é destinado à Divisão NATO da Direção Geral de Relações Políticas.

Em 1984 o Embaixador Renato Reggiero, então Diretor-Geral para as Relações Econômicas, o nomeia Chefe da Divisão Europa Ocidental e América do Norte da Direção Geral para as Relações Econômicas.

De 1986 a 1991 ocupa o cargo de Primeiro Conselheiro junto à Representação Permanente da Itália na Organização das Nações Unidas em Nova Iorque, como chefe do Setor Econômico, e, como tal, representa a Itália no seio do Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, na UNICEF, no Conselho Econômico e Social da ONU e na comissão Econômica da Assembleia Geral.

De 1991 a 1994, como Primeiro conselheiro junto à Embaixada da Itália em Buenos Aires, desempenhando as funções vicárias do Chefe de Missão.

Em 1994, como Chefe da Unidade de Crise do Ministério das Relações Exteriores dirige os planos de segurança da colônia e de cidadãos italianos no mundo, particularmente nos países de alto risco. Dirige numerosas evacuações de emergência de colônias italianas.

Em 1997 é nomeado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de 2ª Classe.

Em julho de 1998 é nomeado Diretor-Geral para a Cooperação ao Desenvolvimento do Ministério das Relações Exteriores.

Em 28 de julho de 2000, o Conselho de Ministros, sob proposta do Ministro das Relações Exteriores da Itália, o nomeia Embaixador daquele país no Brasil, onde assume suas funções até a presente data.

Nos diversos países em que trabalhou, o homenageado conseguiu não apenas representar com dignidade as causas nobres defendidas pelo seu país, mas também incentivar e mostrar a diplomacia mundial um exemplo de vida a ser seguido, pois em toda a



sua carreira trouxe consigo (ições de respeito, solidariedade e dignidade à pessoa humana.

A referida comenda será outorgada a quem soube entregar a sua própria vida à causa da justiça e dos direitos humanos no mundo, a quem sempre lutou para engrandecer as instituições democráticas, a quem se dedicou a difundir a utopia de um mundo mais justo, fazendo deste ideal sua principal missão.

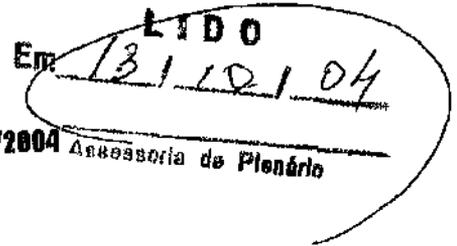
Acreditamos assim, ter sobejamente demonstrado que a outorga do título de cidadão honorário de Brasília ao Senhor Embaixador da Itália VINCENZO PETRONE é mais que merecida, e se constitui em uma forma de homenagear todos aqueles que sabem o valor da diplomacia e de quem vê a vida com simplicidade e humildade.

Enfim, em face dos relevantes serviços prestados a comunidade internacional e local, pelo Senhor Embaixador da Itália VINCENZO PETRONE, esperamos ver a presente proposição aprovada pelos nobres pares desta Casa.

Sala das Sessões, em

2004.


BRUNELLI
Deputado Distrital - PP



REQUERIMENTO Nº
(Do Deputado Chico Vigilante)

Requer informações à Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

Com fulcro nos arts. 15, inciso II, 39, § 2º, inciso XII e 40, inciso I, alínea *a* do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, requero a Vossa Excelência informações sobre as despesas da CLDF referentes a publicidade e propaganda nos exercícios de 2002, 2003 e 2004 (até a data do fornecimento das informações), detalhando os valores pagos, a data de sua realização, o nome e/ou a razão social dos sub-contratados e o tipo de serviço prestado.

Requeiro ainda cópia do inteiro teor dos processos referentes aos gastos pré-falados nos mesmos períodos.

JUSTIFICAÇÃO

O Regimento Interno define como atos ou fatos sujeitos à fiscalização e controle da CLDF e de suas Comissões todos os atos de gestão administrativa dos Poderes Legislativo e Executivo do DF. Assim, no exercício dessa competência parlamentar, solicito sejam essas informações encaminhadas com a maior *presteza*. (art, 54, inciso I - RICLDF)

Sala das Sessões, em 07 de outubro de 2004.

Deputado ~~CHICO VIGILANTE~~
Partido dos Trabalhadores



13
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO PAULO TADEU

Fones: (61) 348-8020/8026 Fax: (61) 348-8023
E-mail: paulotadeu@paulotadeu.com.br

RQ 1484/2004

REQUERIMENTO N°
(Do Sr. Deputado Paulo Tadeu)

13 10 04
Assessoria de Imprensa
Requer o encaminhamento de solicitação de informações ao Sr. Diretor do DETRAN.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos dos arts. 155 e 60, XXXIII, da Lei Orgânica do Distrito Federal e art. 40 do Regimento Interno desta Câmara Legislativa, que sejam solicitadas ao Sr. Diretor do DETRAN as seguintes informações:

- 1 - cronograma de pintura da sinalização horizontal nas vias e estacionamentos do Distrito Federal;
- 2 - quanto foi cumprido do que está programado no cronograma;
- 3 - qual o valor total a ser pago por esse trabalho;
- 4 - quanto já foi pago para as empresas pelo trabalho já realizado.

JUSTIFICAÇÃO

Uma das Atribuições da Câmara Legislativa do Distrito Federal é fiscalizar os atos do Poder Executivo,

Com esse objetivo e com amparo nos dispositivos acima mencionados, enviamos ao DETRAN o requerimento n° 1387/04 solicitando informações sobre a razão de a maior parte da sinalização horizontal nas vias e estacionamento no Distrito Federal estar apagada.

006 0'x1 0' 15:44:50



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO PAULO TADEU**

Fones: (61) 348-8020/8026 Fax: (61) 348-8023

E-mail: paulotadeu@paulotadeu.com.br

Recebemos a resposta do Diretor de Segurança do DETRAN informando que foram contratadas quatro empresas de sinalização horizontal que estão executando serviços em todas as regiões Administrativas. Acrescenta que está sendo licitada a contratação de empresas para lavar as faixas em virtude de a poeira em uma fase do ano e o emborrachamento dos pneus dificultarem a visualização da sinalização.

Diante do exposto, solicito à Mesa Diretora que aprove este Requerimento e o encaminhe à autoridade competente para que possamos receber sua resposta dentro do prazo legal.

Sala das Sessões, em 30 de setembro 2004.

Deputado PAULO TADEU

Em 19/10/04
 K
 DA PRESIDÊNCIA DO DISTRITO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
LIDERANÇA DO PARTIDO DOS TI RES
RQ 1485/2004

REQUERIMENTO Nº
(Da Liderança do Partido dos Trabalhadores)

Requer à Senhora Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal informações acerca da forma de contratação de empresas que realizam o transporte escolar.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal,

Com fundamento no art. 155 da Lei Orgânica do Distrito Federal e art. 40 do Regimento Interno, solicito que esta Casa requeira à Senhora Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal informações acerca da forma de contratação de empresas que realizam o transporte escolar, em especial, as seguintes:

- a) situações em que a Secretaria disponibiliza o transporte escolar por meio da contratação de empresas de ônibus;
- b) quantidade de alunos que atualmente utilizam este tipo de transporte escolar;
- c) relação de empresas contratadas para a prestação deste serviço;
- d) itinerários permanentes em que é feito o transporte escolar por meio de empresas contratadas;
- e) exigências feitas no processo de contratação e
- f) se é exigida a comprovação de que os veículos das empresas contratadas estão autorizadas pelo DETRAN para exercer tal atividade.

JUSTIFICATIVA

Acidente ocorrido no último dia 06 de outubro de 2004, na DF-001, entre Brazlândia e Taguatinga, envolvendo um veículo que não possuía autorização do DETRAN para transportar estudantes, a serviço da Secretaria de Estado de Educação, revelou um fato gravíssimo do ponto de vista administrativo: o transporte escolar irregular.

Um dos veículos envolvidos, de propriedade da empresa Jovem Turismo, segundo apurou a autoridade policial, não possuía licença do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN para realizar transporte escolar, apesar de estar prestando serviço à Secretaria de Estado de Educação, transportando estudantes do Assentamento Rural 26 de setembro, em Taguatinga.

02/10/04 10:43:30



16

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
LIDERANÇA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES**

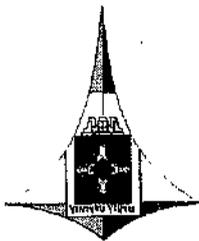
No acidente, morreram Maria José Gomes, de sessenta e sete anos, e a jovem Ana Kellen Silva Carvalho, de dezesseis, que vinham no ônibus da Viação Lotáxi, que chocou-se com a traseira do veículo que transportava alunos. A menina Silmara Marques da Silva, de onze anos, perdeu dois dedos de uma das mãos. Outras cinquenta pessoas ficaram feridas. O acidente só não teve consequências de uma grande tragédia porque a batida não foi frontal.

A falta de licença do órgão de trânsito para que determinado veículo possa realizar transporte escolar constitui grave irregularidade e possibilita a ocorrência de acidentes, que, em se tratando de crianças e adolescentes, têm consequências ainda mais sérias. O Poder Público deve exercer rigoroso controle sobre este serviço, procurando assegurar-se de que os veículos das empresas contratadas possuam as necessárias condições para realizar um transporte escolar seguro.

Portanto, para que esta Casa possa se inteirar da questão, faz-se necessário sejam prestadas referidas informações.

Sala das Sessões, em


Deputada ARLETE SAMPAIO
Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores



17
L I D O
Em 13/10/04
Assessoria de Plenário

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO**

RQ 1486/2004

**REQUERIMENTO N° _____
(Da Sra.dep. ANILCÉIA MACHADO)**

**Requer ao Presidente da Câmara Legislativa
a retirada do PL 1523/04.**

De acordo com o artigo 136 do Regimento Interno desta Casa, requero a Vossa Excelência a retirada de tramitação do PL n° 1523/04, de autoria da Deputada Anilcéia Machado.

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento tem por objetivo a retirada de tramitação do projeto de lei em destaque, tendo em vista a existência de projeto tramitando nesta Casa com matéria análoga.

Sala das Sessões, em


ANILCÉIA MACHADO
Deputada Distrital



18
Em 13/10/04
Assinatura do Plenário

RO 1487/2004
REQUERIMENTO N^o 2004
(Do Sr. Deputado Brunelli)

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Nos termos do Regimento Interno desta Casa, artigo 136, requeira a retirada do **Projeto de Lei n^o 1504, de 2004**, que "dá o nome de "VASCO PEREIRA ERVILHA" ao viaduto sobre a BR 060 com a DF-280", de minha autoria.

Sala das Sessões, em


BRUNELLI
Deputado Distrital - PP

CD 2004.08210/04 17:45:45



INDICAÇÃO Nº **IND 2903/2004**
(Do Senhor Deputado ODILON AIRES)

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, através da Secretaria de Estado de Saúde, a construção de um Posto de Saúde na Granja do Torto.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 143 do Regimento Interno desta Casa, sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, através da Secretaria de Estado de Saúde, a construção de um Posto de Saúde na Granja do Torto.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição visa garantir aos moradores da Granja do Torto, acesso à rede pública de saúde através da construção de um Posto de Saúde dotado de Ginecologistas, Pediatras, Clínico Geral, pois o atendimento está sendo realizado em instalações precárias. Tal benfeitoria é de fundamental importância e terá reflexos na melhoria da qualidade de vida da população, elevando, com certeza, a estima dos habitantes em relação à Secretaria de Saúde.

Diante do exposto, contamos com apoio Nobres Pares, para a aprovação da presente Indicação.

Sala das sessões, em de outubro de 2,004.


Deputado **ODILON AIRES**
PMDB/DF

007 07/10/04 15:48:59

LIDO
Em 13/10/04
Assessoria do Pionário



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO ODILON AIRES

INDICAÇÃO Nº IND 2904/2004
(Do Senhor Deputado ODILON AIRES)

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação, a recuperação do parque infantil, lixeiras e orelhões da Escola Classe da Granja do Torto.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 143 do Regimento Interno desta Casa, sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação, a recuperação do parque infantil, lixeiras e orelhões da Escola Classe da Granja do Torto.

JUSTIFICAÇÃO

A presente indicação tem como objetivo solucionar alguns problemas enfrentados pelos pais e alunos da Escola Classe da Granja do Torto. Entre os problemas relacionados está a falta de estrutura do **parquinho** infantil, que está com alguns brinquedos enferrujados, sem pintura e em alguns casos **completamente** sem segurança.

Há também problemas como a falta de orelhões e lixeiras no espaço da Escola Classe.

Assim, espero contar com o apoio decisivo de meus ilustres Pares, na aprovação desta Indicação que, sem dúvida alguma, trará relevantes benefícios aos alunos da Granja do Torto.

Sala das Sessões, em de outubro de 2004.


Deputado ODILONAIRES
PMDB/DF



LID D
Em 13/10/04
Assinado: J. A. Aires

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO ODILON AIRES

INDICAÇÃO Nº IND 2905/2004
(Do Senhor Deputado ODILON AIRES)

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, o reforço no policiamento noturno e no Batalhão Escolar diurno na Escola Classe da Granja do Torto.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 143 do Regimento Interno desta Casa, sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, o reforço no policiamento noturno e no Batalhão Escolar diurno na Escola Classe da Granja do Torto.

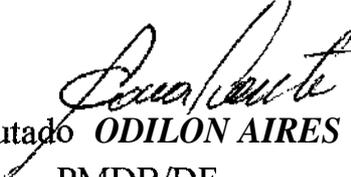
JUSTIFICAÇÃO

Um estudo feito pela Unesco para examinar a insegurança na escola por meio de estatísticas concluiu que na maioria dos colégios públicos ou privados, a violência atingiu um índice tão alto que os alunos estão tão inseguros nas salas de aula quanto nas ruas.

Em Brasília, cerca de 36% dos estudantes já viram tiros sendo disparados dentro das escolas. O levantamento da Unesco constatou ainda que o grau de violência tem impacto decisivo no progresso dos estudos. Cerca de metade dos alunos que convivem com situações muito agressivas não consegue concentrar-se nas aulas. A outra metade se divide entre aqueles que ficam nervosos com a situação e os que perdem o entusiasmo de ir ao colégio. A violência é uma das principais razões do abandono aos estudos. Não é muito diferente a situação dos professores que desistem da profissão depois de ameaças e agressões.

Assim, espero contar com o apoio decisivo de meus ilustres Pares, na aprovação desta Indicação que, sem dúvida alguma, trará relevantes benefícios aos alunos da Granja do Torto.

Sala das Sessões, em de outubro de 2004.


Deputado **ODILON AIRES**
PMDB/DF

020710X0415:49:17



INDICAÇÃO Nº **IND 2906/2004**
(Do Senhor Deputado **ODILON AIRES**)

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, através da Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Obras do Distrito Federal, instalação do alambrado na Feira Permanente de Sobradinho II.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 143 do Regimento Interno desta Casa, sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, através da Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Obras do Distrito Federal, instalação do alambrado na Feira Permanente de Sobradinho II.

JUSTIFICAÇÃO

Em virtude do crescimento das ações de vandalismo que vem alarmando as nossas cidades temos recebido em nosso Gabinete Parlamentar, inúmeros pedidos relativos a instalação de um alambrado, para cercamento da Feira Permanente de Sobradinho II,

Nossos feirantes vêm trabalhando com grande dificuldade, tendo em vista a falta de segurança na área da feira, pois por diversas vezes já tiveram mercadorias furtadas de seus boxes.

Diante do exposto, contamos com apoio Nobres Pares, para a aprovação da presente Indicação.

Sala das sessões, em de outubro de 2.004.


Deputado **ODILON AIRES**
PMDB/DF



INDICAÇÃO Nº **IND 2907/2004**
(Do Senhor Deputado **ODILON AIRES**)

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, através da Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Obras do Distrito Federal, construção do estacionamento público da Rodoviária de Sobradinho L

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 143 do Regimento Interno desta Casa, sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, através da Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Obras do Distrito Federal construção do estacionamento público da Rodoviária de Sobradinho L

JUSTIFICAÇÃO

A presente Indicação visa encaminhar reivindicação recebida em nosso gabinete parlamentar diversos pedidos de moradores da cidade de Sobradinho em relação a construção do estacionamento público da Rodoviária local. Esta por sinal é uma reivindicação antiga dos usuários e moradores da cidade.

É comum encontrarmos naquela comunidade quem reclame das dificuldades de acesso a vagas de estacionamento junto à Rodoviária. Este fato faz com que diversos carros parem em locais não permitidos, dificultando a passagem de outros veículos pelas vias de acesso, gerando conflito no trânsito local.

Diante do exposto, contamos com apoio Nobres Pares, para a aprovação da presente Indicação.

Sala das sessões, em de outubro de 2.004.


Deputado **ODILON AIRES**
PMDB/DF

011 07/10/04 15:41-21



INDICAÇÃO Nº «ND 2908 /2004
(Do Senhor Deputado ODILON AIRES)

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, através da Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Obras do Distrito Federal, construção do Galpão na Feira Modelo de Sobradinho L

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 143 do Regimento Interno desta Casa, sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, através da Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Obras do Distrito Federal construção do Galpão na Feira Modelo de Sobradinho I.

JUSTIFICAÇÃO

Temos recebido em nosso Gabinete Parlamentar diversos pedidos em relação a construção de um galpão para a Feira Modelo de Sobradinho L

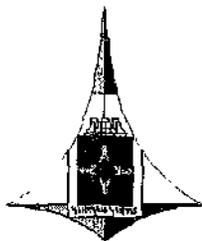
Os feirantes reivindicam a construção do galpão, justificando que a falta da cobertura da feira têm causado desconforto, prejuízos e consequentemente queda nas vendas. Durante o período das chuvas muitas mercadorias acabam estragando. O Governo do Distrito Federal vem dando infra-estrutura para algumas feiras do Distrito Federal como a do Guará e a dos Importados. Portanto, nada mais justo do que promover melhorias na edificação dessa feira também, uma vez que a oferta de espaços com um maior grau de conforto e estética é de suma importância para os moradores de Sobradinho.

Diante do exposto, contamos com apoio Nobres Pares, para a aprovação da presente Indicação.

Sala das sessões, em de outubro de 2004.


Deputado **ODILON AIRES**
/ PMDB/DF

013 27/10/04 15:49



25
LIDO
Em 13/10/04
Assessoria do Plenário

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO**

**INDICAÇÃO Nº IND 2989/2004
(Da Sra. DEP. ANILCÉIA MACHADO).**

**Sugere ao Poder Executivo a Criação do
Centro de Atendimento à Família e aos
Autores de Violência Doméstica e dá
outras providências**

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo a criação do Centro de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica, conforme a seguir transcrita:

1) Criação no Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal, Órgão da Secretaria de Estado de Ação Social, o Centro de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica.

2) O Centro de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica tem por finalidade prestar assistência social, psicológica e jurídica às mulheres vítimas de violência doméstica, às crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, bem como aos autores dessa violência.

3) Compete ao Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal – CEAJUR:

- a) representar judicialmente as mulheres vítimas de violência doméstica e os autores dessa violência, bem como mediar conflitos intrafamiliares mediante compromisso de ajustamento de conduta;
- b) disponibilizar e manter o espaço físico para a instalação e desenvolvimento das atividades do Centro de

Dep. Anilcéia Machado - GAB, 18 - SAIN - Parque Rural - 70086-900 - Brasília - DF
Fone: 348-8180 a 348-8186 IND.58/04

014 04/04 15:02:W8



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL GABINETE DA DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO

Encaminhamento à Família e aos Autores de Violência Doméstica.

4) O Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal, supervisionará a execução do Programa Centro de Atendimento à Família a aos Autores de Violência Doméstica, inclusive indicando o treinamento aos profissionais que prestarão serviços na instituição, por intermédio da Secretaria de Estado de Ação Social do Distrito Federal.

5) Criando no quadro de **Pessoal** do Distrito Federal, parte relativa à Secretaria de Estrado de Ação Social, com remuneração prevista na Lei nº 1.141, de 10 de junho de 1996 e **legislação complementar**, assim sendo:

CRIAÇÃO	NÍVEL	VALOR	QTD	VALOR TOTAL
Coordenador do Centro de Encaminhamento à Família e aos Autores de Violência Doméstica	DFG-12	1.755,28	01	1.755,28
Assistente	DFG-10	1.218,17	10	12.181,70
Secretário Administrativo	DFG-10	1.218,17	01	1.218,17
			12	15.155,15

6) As despesas que decorrerem da aplicação desta presente sugestão de Lei correrão à conta das dotações orçamentarias consignadas à Secretaria de Estado de Ação Social do Distrito Federal, com exceção ao disposto na alínea "b", do item 3.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem o objetivo sugerir a criação no Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal, Órgão da Secretaria de Estado de Ação Social, o Centro de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica, que atuará em parceria com diversos órgãos do Governo do Distrito Federal, em especial o Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal. O Centro de Atendimento à Família e aos Autores de



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO**

Violência Doméstica terá o condão de fornecer um atendimento interdisciplinar, envolvendo atendimentos assistenciais, psicológicos e jurídicos.

Caberá, em especial, ao Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal, representar judicialmente as mulheres vítimas de violência doméstica e crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, mediar conflitos intrafamiliares mediante compromisso de ajustamento de conduta, disponibilizar e manter espaço físico para instalação e desenvolvimentos de atividades do Centro de Encaminhamento à Família e aos Autores de Violência Doméstica.

A aprovação deste projeto concretizará, no Distrito Federal, uma das plataformas de ação da IV Conferência Internacional da Mulher - Beijing 1995, que reflete sobre a necessidade de ressocialização dos autores de violência doméstica.

Projetos semelhantes a este somente poderão ser encontrados no Canadá e na Austrália, porém em mãos de organismos não governamentais, assim, o Distrito Federal, mais uma vez desponta no cenário nacional e internacional, como pioneiro na luta pelo combate à desigualdade de gênero.

Pelos motivos acima citados, requiro aos nobres pares apoio na votação para aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões, em


ANILCÉIA MACHADO
Deputada Distrital
PMDB



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

2 - PEQUENO EXPEDIENTE

2.1 - COMUNICADOS DE LÍDERES

DEPUTADA ELIANA PEDROSA, líder da bancada do PFL.

- Demonstra preocupação com as mudanças implantadas nos postos de saúde do Lago Sul e da Asa Norte.
- Salaria que a transformação dos postos em centros de referência de tuberculose e de cardiologia, respectivamente, prejudicam o atendimento à população.
- Comunica que encaminhou pedido de informação ao Secretário de Saúde para que este se posicione sobre o assunto.

DEPUTADO CHICO FLORESTA, em nome do PT.

- Registra sua participação no lançamento do projeto de classes transplantadas, ocorrido no Congresso Nacional.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO, líder da bancada do PT.

- Reporta-se ao discurso da Deputada Eliana Pedrosa e critica a atuação do Secretário de Saúde.
- Propõe a remarcação da data da comissão geral para discutir o transporte público do DF a fim de que o Secretário de Transporte possa explicar o Plano Diretor de Transporte.
- Pede ao Presidente da Casa que seja votado o requerimento de pedido de comissão geral sobre a Sudeco.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DEPUTADO PEDRO PASSOS, em nome da bancada do PMDB.

- Afirma ser injusta e incorreta a matéria publicada hoje no *Correio Braziliense* sobre a Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- Declara que a matéria desqualifica o trabalho produzido na Casa.
- Destaca as duas questões que considera fundamentais: a Câmara Legislativa, como poder institucional, deve proteger os parlamentares de matérias injuriosas e os parlamentares, por outro lado, devem agir com lealdade no que se refere à ética parlamentar.

DEPUTADO PENIEL PACHECO, em nome do PSB.

- Declara estar indignado não com a matéria publicada no *Correio Braziliense*, mas, sim, com os rumos que a Casa vem tomando.
- Reconhece estar a CLDF vivendo mais um período de fragilização que repercute em todos os parlamentares.
- Ressalta ser necessário resolver as pendências que envolvem a imagem da Casa.
- Destaca que as matérias sobre a CLDF deveriam apresentar não só os problemas, mas também a face operante da Casa.

2.2 - COMUNICADOS DE PARLAMENTARES

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB)

- Parabeniza o Instituto de Integração Social e de Promoção de Cidadania (Integra) por ter recebido o prêmio Qualidade Brasil, no último dia 5.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

- Registra que o Governador Roriz encaminhou a esta Casa mensagem apresentando projeto de lei que amplia o período do ensino fundamental.

- Informa que, como presidente da Comissão de Educação e Saúde, agendou entrevista com o reitor da UnB para tratar do convênio daquela Universidade com o GDF.

DEPUTADO WILSON LIMA (PMDB)

- Comunica que protocolou projeto de lei que dispõe sobre o horário de verão no âmbito do Distrito Federal.

3 – ORDEM DO DIA

(1º) **ITEM 1:** Apreciação do **veto total ao Projeto de Lei nº 857, de 2003**, de autoria do Deputado Vigão (PMDB), que "Dispõe sobre o programa Adolescente Aprendiz e dá outras providências". **REJEITADO** com 13 votos contrários e 1 favorável. Houve 10 ausências.

(2º) **ITEM 2:** Apreciação do **veto total ao Projeto de Lei nº 128, de 2003**, de autoria do Deputado Chico Leite (PT), que "Dispõe sobre a divulgação, pelas prestadoras de serviços de telefonia e de energia elétrica, de tabela de preços dos seus serviços, e dá outras providências". **MANTIDO** com 6 votos favoráveis e 10 contrários. Houve 8 ausências.



(3º) **ITEM 3:** Apreciação do **veto total ao Projeto de Lei nº 255, de 2003**, de autoria do Deputado Peniel Pacheco (PSB) que "Dispõe sobre obrigatoriedade de inclusão dos procedimentos de auxílio, orientação e proteção a crianças e adolescentes que tenham sofrido violência, no conteúdo programático dos cursos de formação de professores, diretores, orientadores e administradores escolares da rede pública e privada do DF". **REJEITADO** com 15 votos contrários. Houve 9 ausências.

4 – ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Gim Argello):

- Convoca os deputados para a sessão extraordinária a realizar-se em seguida.
- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a) Secretário(a), nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a) Secretário(a)

(I/C/S).

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	1

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Estão presentes os Deputados Eurídes Brito, Chico Vigilante e Chico Leite,

Convido o Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Leituras de Atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das Atas das sessões anteriores.

São lidas e aprovadas as seguintes:

- Ata da 45ª Sessão Extraordinária;
- Ata da 88ª Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	2

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 207, de 8/ 11/ 2004, juntamente com a ata sucinta da 89ª Sessão Ordinária.)

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para a verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	3

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Estão presentes 8 Deputados, havendo, portanto, *quorum* regimental.

(Assume a Presidência o Deputado Gim Argello.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - A assessoria da Deputada Anilcéia Machado informa que S.Exa. está de licença médica, tendo em vista que sua filha, Fernandinha, submeteu-se a um procedimento cirúrgico. Portanto, a Deputada Anilcéia Machado está de licença médica para acompanhamento.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PFL. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, prezados colegas, imprensa, pessoal da galeria, trago a este Plenário minha preocupação com relação a algumas mudanças que estão sendo efetuadas na Secretaria de Saúde, que têm deixado a população insatisfeita em função da não-realização prévia de discussão com a comunidade.

O posto de saúde do Lago Norte está sendo transformado em centro de referência de tuberculose, e o Centro de Saúde da Asa Norte, em centro de referência de Cardiologia. Eu gostaria de conversar sobre esse assunto com a Deputada Arlete Sampaio, É de conhecimento de todos que os postos e centros de saúde são destinados ao atendimento básico da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	4

população nas áreas de pediatria, obstetrícia, vacinação e de atendimento relacionado à triagem; os casos mais complexos são enviados aos hospitais.

Todavia, esses dois postos de saúde estão sendo levados à especialização, o que dificulta o acesso ao posto por parte dos moradores do Varjão e dos funcionários das residências do Lago Norte, ou seja, os caseiros, as empregadas domésticas e seus familiares. Na Asa Norte o mesmo problema acontece e envolve as pessoas que já têm o hábito de frequentar os postos de saúde para verificar a pressão arterial ou para fazer uma avaliação médica geral.

Isso tudo me preocupa. A população deveria ter tomado conhecimento disso anteriormente, assim como nós Parlamentares, para que tivéssemos condições de entender melhor o porquê dessa mudança. Transformar o posto de saúde da Asa Norte em Centro de Cardiologia, embora temporariamente, não é uma atitude correta. A cardiologia do Hospital Regional da Asa Norte foi reformada há pouco tempo. Aparentemente, não há uma explicação lógica para essa mudança.

Deputada Aríete Sampaio, menciono aqui a mudança de atendimento nos postos de saúde do Lago Norte e da Asa Norte. Eu gostaria de discutir esse assunto com V.Exa., que é da área médica. A população está revoltada. No Lago Norte, pensaram em organizar uma grande passeata, e eu os orientei primeiramente a procurar o Secretário de Saúde para verificar se existe alguma explicação plausível para o fato; caso contrário, que S.Exa. possa reverter a situação.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Quero deixar registrado no plenário que a população do Lago Norte, do Varjão e da Asa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	5

Norte não está entendendo as mudanças que estão sendo efetuadas. Elas, aparentemente, não são lógicas, porque contrariam a tese de que os postos se destinam ao atendimento básico e aos casos mais graves, aos grandes centros ou hospitais da rede pública de saúde.

Estou encaminhando um pedido de informação ao Sr. Secretário de Saúde, para que possamos nos posicionar com relação a isso, a fim de darmos uma satisfação às comunidades que nos procuram.

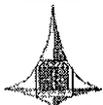
Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Informo aos Srs, Parlamentares que estamos aguardando o número suficiente de Deputados em plenário para realizarmos a votação de matérias anteriormente acordadas com as Lideranças. Trata-se do projeto de interesse do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, para que não sejam perdidos os recursos destinados à construção de duas sedes do Tribunal Regional Eleitoral.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE - Sr. Presidente, solícito a palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer um apelo a todos os Parlamentares que se encontram nos gabinetes para que se dirijam ao plenário, pois o Desembargador Níveo Gonçalves teve o cuidado de telefonar para vários Parlamentares - inclusive para mim - para solicitar que votássemos esses dois projetos de interesse do Tribunal Regional Eleitoral, que necessita do terreno para a construção dos cartórios eleitorais, especialmente na Asa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	6

Norte. Isso é muito importante para as eleições de 2006. É importante que votemos imediatamente esses projetos. Solicito aos Deputados presentes que não saiam do plenário.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PFL. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós do Partido da Frente Liberal somos pela votação dos vetos que trancam a pauta. Temos feito algumas concessões para apreciarmos projetos sem que antes sejam apreciados os vetos. Isso vai gerar uma prática que não é boa para esta Casa. Devemos, portanto, esgotar todos os vetos para então darmos prioridade aos projetos que estão em regime de urgência nesta Casa, o que possibilitará a abertura de votação de projetos de Parlamentares. Se a pauta ficar sobrestada até o final do ano, não daremos cumprimento ao Regimento Interno nem a uma missão nossa que é votarmos aqueles projetos que nascem nos gabinetes, mas que, na verdade, são frutos daquelas andanças, daquelas demandas que trazemos da população do Distrito Federal.

DEPUTADO CHICO FLORESTA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Concedo a palavra a V.Exa,

DEPUTADO CHICO FLORESTA (PT, Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de registrar que eu estava no Congresso



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	7

Nacional junto com os Deputados Maninha e Wasny de Roure lançando o projeto de classes transplantadas. A Deputada Maninha apresentou esse projeto na Câmara dos Deputados, onde ele segue o seu curso e a sua tramitação. Por isso, eu gostaria de registrar essa atividade da Câmara dos Deputados e dizer que aqui, na Câmara Legislativa, esse projeto continua em andamento, passando pelas Comissões.

Neste fim de semana tive a oportunidade de visitar alguns hotéis-fazendas e posso assegurar que hoje o Distrito Federal dispõe de uma infraestrutura capaz de se fazer um turismo sustentável ambientalmente correto e de importância econômica para o Distrito Federal.

Eu gostaria que fosse registrada agora a minha presença em vista de que, durante a chamada, eu não pude estar na Casa em função dessa atividade.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu gostaria de comunicar que terei de me ausentar neste momento. Haverá uma audiência de conciliação no Tribunal Superior do Trabalho no que diz respeito à greve dos bancários. Será a primeira audiência de conciliação do Banco do Brasil e, em seguida, haverá a audiência de conciliação da Caixa Econômica Federal. Esperamos que tenhamos uma solução no dia de hoje para uma greve que já vai completar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	8

trinta dias amanhã. De toda sorte, assim que terminar essa audiência, estarei retornando ao plenário desta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Deputada Erika Kokay, o Deputado Augusto Carvalho fez esse registro agora há pouco. S.Exa. ligou-me dizendo que não estaria aqui justamente por esse motivo. Então, tenha uma boa negociação lá para ver se conseguimos acabar com essa greve.

Concedo a palavra à Deputada Aríete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, eu gostaria de comentar a fala da Deputada Eliana Pedrosa. Como S.Exa. disse, dois Centros de Saúde estão com suas atividades prejudicadas por conta de uma reforma que o HRAN e o Hospital de Base vão fazer.

Ao invés de procurarem outro serviço para alocar a Cardiologia e outros serviços dos hospitais, estão desmontando os centros de saúde, o que vem prejudicando o atendimento primário, o trabalho que existe na área de alternativa no Centro de Saúde da 113 Norte.

Estive presente em uma reunião com a comunidade, ouvi seus apelos, dirigi-me ao Diretor da Regional, conversei com ele, mas o Secretário prefere atuar de forma não planejada, ele prefere desmontar serviços existentes que prestam assistência à comunidade a encontrar outras alternativas para fazer funcionar a Cardiologia do Hospital de Base.

Inclusive, cheguei a fazer sugestões de espaço físico do GDF que estão desocupados para que isso pudesse ser feito, a fim de que a comunidade não fosse prejudicada. Não somente a comunidade está sendo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	9

prejudicada, como também os médicos, enfermeiros, os profissionais de Saúde que estão jogados cada um em uma unidade diferente para desconforto deles. Não há atribuições nas unidades aonde eles estão chegando porque já existe uma rotina e já existe uma equipe. Então, essa é a demonstração cabal da falta de responsabilidade e de planejamento do atual Secretário de Saúde com relação à saúde da população.

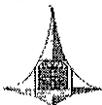
Em segundo lugar, Sr. Presidente, eu queria aqui lembrar que, por requerimento da bancada do Partido dos Trabalhadores, foi feita aqui uma Comissão Geral para debater a questão dos transportes públicos no Distrito Federal, inclusive o projeto que o Governo discute com o BID. Fizemos a instalação da comissão geral, mas o Secretário de Transportes não pôde comparecer, e, como os técnicos que vieram representá-lo disseram que não tinham condições de fazer a apresentação, a comissão geral foi suspensa.

Quero propor, Sr. Presidente, que seja remarcada a data dessa comissão geral para debater um projeto que foi apresentado, cuja cópia vários Deputados já pegaram. É necessário que os Parlamentares desta Casa debatam e acompanhem o que está sendo feito no Governo.

DEPUTADO PAULO TADEU - Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO - Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) - Sra. Deputada, quero falar, em primeiro lugar, desse tema dos transportes neste momento do comunicado de V.Exa. Esta semana, tanto o *Jornal Correio Braziliense*, quanto o *Tribuna do Brasil* trazem matérias relacionadas aos transportes de Brasília. O *Correio Braziliense*, nesta semana, tratou do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	10

sucateamento dos ônibus da empresa Viplan e o *Tribuna do Brasil* tratou da proibição do chamado Moto Táxi. V.Exa. se lembra muito bem do projeto que estava em regime de urgência e que, por uma ação vergonhosa desta Casa, não foi votado a tempo e, o que é pior, são transferidos, a cada mês, mais de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para as empresas de ônibus. Trata-se de dinheiro público e nada foi discutido.

O que ocorre aqui, Deputada Ariete Sampaio, é a total ausência de vontade política desta Casa e do Governo do Distrito Federal de discutir o Plano Diretor de Transportes, que deveria ser uma obrigação da Câmara Legislativa, a qual deveria exigir que o Governo do Distrito Federal trabalhasse essa matéria, porque o transporte em Brasília, hoje, é um caos absoluto, uma vergonha, uma calamidade pública. Sejam dos ônibus ou demais transportes.

Deputado Gim Argello, todos nós tínhamos de ter vergonha na cara e trazermos esse debate para esta Casa não apenas para debater os interesses dos empresários, que não têm interesse nenhum em melhorar a qualidade de vida e do transporte público de Brasília.

Esta Casa, hoje, submete-se aos interesses dos donos de ônibus de Brasília, que não melhoram a qualidade dos transportes e que não estão fazendo a discussão que deveria ser feita. É obrigação e dever moral desta Casa fazer o Plano Diretor de Transportes. Quero saber, Deputado Gim Argello, até quando esta Casa vai fingir que está discutindo o transporte de Brasília, porque é isso que está acontecendo neste momento.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO - Agradeço o aparte de V.Exa., Deputado Pauíó Tadeu.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	11

Quero pedir ao Sr. Presidente que remarquemos a comissão geral que foi suspensa porque os técnicos que aqui vieram não se sentiram em condições de fazê-la. Temos de discutir o plano para um projeto, para o qual o Governo busca R\$ 235.000.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões de reais) no BID e esta Casa não toma conhecimento do que está contido no projeto.

Portanto, peço que hoje seja remarcada a comissão geral para que o Secretário dos Transportes venha a esta Casa falar a respeito do que está sendo pensado como Plano Diretor de Transportes no Distrito Federal.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA - Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO - Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PL. Sem revisão da oradora.) - Sra. Deputada Arlete Sampaio, Sr. Presidente, Deputado Paulo Tadeu, fico feliz que agora a bancada do Partido dos Trabalhadores acordou, porque no ano passado fui voz isolada com relação aos transportes. Votei sozinha contra um projeto em que 21 outros Parlamentares votaram a favor dele e que era, inclusive, inconstitucional porque perpetuava esse *status quo* das empresas de ônibus no Distrito Federal. Fico muito feliz que a minha voz se soma, pelo menos, à voz do PT, porque, realmente, o nosso transporte coletivo é um caos, uma vergonha em todos os aspectos.

Muito obrigada.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO - Deputada Eliana Pedrosa, quero discordar de V.Exa. quando diz que a bancada do Partido dos Trabalhadores só agora está abordando esse tema. Há exatos dois anos temos insistido para que o Governo elabore um Plano Diretor de Transportes



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	12

e uma das emendas que a bancada fez ao projeto de lei que aqui foi votado foi nesse sentido e até hoje o Governo não tomou providência para encaminhar esse plano.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE - Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO - Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) -

Deputada Arlete Sampaio, os Deputados Gim Argello, Odilon Aires e Eurides Brito são testemunhas de que ninguém mais do que a bancada do Partido dos Trabalhadores debateu com seriedade a questão do transporte coletivo. Não aceito essa afirmação de que a bancada acordou agora para o transporte coletivo, já que fomos nós que trouxemos esse debate para esta Casa e ajudamos a elaborar o melhor projeto de transporte já discutido na Câmara Legislativa. Fomos nós que realizamos um seminário, promovido pelo meu gabinete com o apoio desta Casa, e trouxemos especialistas da Universidade de Brasília e o então Secretário de Transporte do Distrito Federal, José Geraldo Maciel. Todos os debates travados por nós estão nos Anais da Câmara Legislativa.

A bancada do Partido dos Trabalhadores está alerta e vigilante a isso há muito tempo. Temos o melhor projeto elaborado nesta cidade. Portanto, não aceito a história de que agora é que a bancada do PT acordou. Acordou coisa nenhuma! A bancada vem discutindo isso há muito tempo e tivemos a capacidade de elaborar o melhor projeto sobre transporte coletivo já discutido nesta Casa. Só falta pô-lo em prática.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO - Deputado Chico Vigilante, está demonstrado, pela quantidade de apartes durante o meu discurso sobre



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	13

transporte, que é essencial reconvocar a comissão geral para debatermos sobre o assunto. Nessa ocasião, vamos trazer todos os argumentos para demonstrar que não há nenhuma intenção do Governo em elaborar um plano diretor, pois o transporte está um caos. Esse é um diagnóstico feito por qualquer cidadão desta cidade. Mais do que nunca, é oportuna a realização de uma comissão geral.

Sr. Presidente, há um requerimento da bancada do Partido dos Trabalhadores que solicita uma comissão geral para debatermos sobre a Sudeco, mas em função dos atrasos na votação desse requerimento, a data já está defasada, visto que a realização da comissão seria hoje, dia 14 de outubro. Proponho a V.Exa. que façamos um acordo para marcarmos uma nova data para essa comissão, pois o projeto já está em andamento.

Mais uma vez, esta Casa não está acompanhando o debate que o Governo Federal, o Governo do Distrito Federal e o Governo de Goiás estão fazendo com relação à criação da Sudeco, Por isso, solicito a V.Exa. que coloque hoje em discussão a nova data da comissão geral e o requerimento para a realização do debate sobre a Sudeco.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA - Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO - Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PFL. Sem revisão da oradora.) -
Deputada Ariete Sampaio, eu gostaria de dizer que falar é fácil, agora eu gostaria de ver se o que foi efetivamente votado no ano passado ajudou ou não as empresas de transporte coletivo do Distrito Federal quando não impôs o processo licitatório. Estamos até hoje sem um plano diretor por

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	14

conta disso, pois elas vão se perpetuando sem cumprir nenhuma obrigação, como foi alertado, naquela época, por mim.

Muito obrigada.

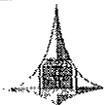
DEPUTADA ARLETE SAMPAIO - Deputada Eliana Pedrosa, mais uma vez não concordo com seu diagnóstico e digo que o responsável por não ter plano diretor é o Governo do qual V.Exa. é base.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Concedo a a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não sou muito de falar, sou de fazer. Em vez de ficar falando e dizendo se os outros fizeram ou não fizeram, peguei o Presidente do Sindicato dos Rodoviários do Distrito Federal, marcamos uma audiência com o Procurador-Geral do Distrito Federal, Dr. Rogério Schietti, levamos um diagnóstico a respeito do transporte do Distrito Federal, como o sucateamento e todas as irregularidades que estão acontecendo, foi constituída uma comissão de promotores que estão investigando a máfia que existe hoje nos transporte. Esperem o resultado da audiência que tivemos com o Dr. Rogério Schietti. É só aguardar para ver o trabalho que estamos fazendo.

Sr. Presidente, V.Exa. é sabedor de que eu quase nunca falto às sessões desta Casa. Pode haver alguém tão assíduo quanto eu, mas, mais do que eu, não existe nesta Casa. O Deputado Brunelli, que antes era Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, sabe que quase não faltei



Data	Horário Tnício	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	15

às reuniões, e a Deputada Eurides Brito, que fazia parte daquela Comissão, também sabe que quase não faltei durante o ano inteiro.

Já houve momentos em que o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Pedro Passos, teve problemas de saúde, avisou-me e eu abri a sessão. A Comissão de Constituição e Justiça está em dia com tudo. Não há nada atrasado na CCJ. Portanto, não aceito que o *Correio Braziliense* publique, como foi publicado hoje, que os trabalhos da CCJ não estão em dia, porque estão.

Também não é verdade que esta Casa não votou nada nos últimos sete meses. Sr. Presidente, requeiro a V.Exa. que peça a relação de tudo o que foi votado nos últimos meses para podermos demonstrar o quanto esta Casa tem trabalhado nestes últimos sete meses.

Não venham publicar fatos sobre os quais não conhecem. Pode ser que alguém queira ser mais trabalhador do que outro. No entanto, não há ninguém que trabalhe mais do que nós na CCJ. Também é difícil constatar uma falta a uma sessão neste plenário. Por isso, não vou aceitar que me tenham como um Deputado relapso, um Deputado que não comparece aos trabalhos, porque tenho comparecido constantemente e o faço independentemente de haver projeto de minha autoria para ser votado, porque há Deputado que só vem aqui se houver projeto de sua autoria para ser votado.

Há Deputados e Deputadas que estão ausentes hoje, quando temos projetos importantes para serem apreciados, como um projeto coletivo que diz respeito à sociedade como um todo, o dos *terrenos* dos cartórios eleitorais, que precisam ser edificados e, se não houver os terrenos, a União



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	16

vai recolher o dinheiro de volta. Os Deputados querem, primeiro, verificar quais são os projetos que serão analisados juntos. Não aceito esse tipo de prática. Quero votar o projeto dos cartórios independentemente de haver projeto meu para ser votado e não aceito essa pecha que foi atribuída a nós como Deputados relapsos, Deputados que não comparecem ao trabalho.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Quero fazer justiça sobre essa matéria no *Correio Braziliense* de hoje. Não vou dizer que outras Comissões desta Casa não trabalhem no mesmo ritmo, mas se há uma Comissão que se esmera no trabalho nesta Casa, trabalhando com dedicação e, acima de tudo, com muita lisura, é a CCJ. Nessa Comissão, os debates acontecem freqüentemente todas as semanas.

Os membros integrantes da Comissão de Constituição e Justiça Comissão vêm sendo conduzidos sabiamente pelo Deputado Pedro Passos. Mais do que isso, S.Exas. vêm trabalhando efetivamente.

Tenho de fazer esse testemunho tendo em vista de que fui há pouco abordado e perguntaram se havia sido eu que tinha dito que a CCJ não se reunia. Digo ao Plenário e aos jornalistas que, em momento algum, eu disse isso. Creio que todas as Comissões desta Casa estão trabalhando muito bem, em especial, a CCJ. Faço aqui referência ao Presidente daquela Comissão, Deputado Pedro Passos, e a todos os seus integrantes: Deputados Wilson Lima, Brunelli, Chico Leite e Chico Vigilante. Se há uma Comissão desta Casa que não pode sofrer esse tipo de crítica é a CCJ, que se reúne todas as semanas e cujos debates são noticiados pelos jornais.

Quando se publica nos jornais uma inverdade como essa sobre a CCJ, é bom que se esclareça, caso contrário, não se estaria fazendo justiça.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	17

DEPUTADO CHICO LEITE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero me referir a dois dados que são importantes. O primeiro é com relação à Comissão de Constituição e Justiça. Parece até que falo em causa própria, porque pertenci à mesma Comissão no ano passado, mas não é o caso.

Este ano, com as divergências naturais que existem nos debates, temos procurado fazê-los com altivez, e neles nos posicionamos muito firmemente. Lembro que, desde o meu requerimento para que se processasse e julgasse o pedido do Superior Tribunal de Justiça para o julgamento do Governador Roriz, fui efetivamente atendido, foi designado relator para a matéria. De sorte que as assessorias têm podido fazer os debates e a CCJ está absolutamente em dia. Quero chamara atenção para o detalhe de que tem sido feito um **trabalho** coleívo pelas assessorias. Esse é um dado importante.

Nesta Legislatura tem-se feito algo de que eu não ouvia falar que se fizesse nesta Casa: as comissões voltaram a funcionar intensamente em seus debates, cada uma a seu turno e em suas posições.

O segundo assunto é somente um registro. Entramos com uma ADIn contra a lei que aprovou um suposto Plano Diretor de Transportes. Esta Casa não tinha efetivamente competência para tanto...

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	18

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Deputado Chico Leite, solicito a V.Exa. que faça esse registro durante os Comunicados de Parlamentares. Os Líderes que farão os próximos pronunciamentos já estão presentes. Se V.Exa. preferir, pode pedir um aparte nos pronunciamentos que serão feitos.

Concedo a palavra ao Deputado Augusto Carvalho. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Peniel Pacheco. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Anilcéia Machado. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Passos.

DEPUTADO PEDRO PASSOS (PMDB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é extremamente injusta, desleal e incorreta a matéria publicada hoje no *Correio Braziliense*, à página 2. A reportagem diz que sete meses foram perdidos nesta Casa.

Sr. Presidente, não obstante às particularidades de situações inverídicas, há, ainda, a de que a Comissão de Constituição e Justiça não se reúne há mais de quinze dias, o que, absolutamente, não é verdade. A Comissão tem-se reunido com frequência e, diga-se de passagem, não há um único item da pauta que não tenha sido apreciado. Temos zerado a pauta frequentemente. Hoje mesmo, apreciamos todos os itens, como temos feito habitualmente. E não votamos apenas por votar, não. Votamos com discussão, com debate, com mudança de posição por convencimento no debate. Enfim, a Comissão tem funcionado com a participação de todos os membros. Não é correta, mas inverídica a afirmação de que a Comissão de Constituição e Justiça não funciona.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	19

O mais grave, Sr. Presidente, é a deslealdade dessa matéria. Se a Casa não tem funcionado por causa de alguns *Deputados*, por não estarem presentes por um motivo ou por outro - se alguns foram pescar, se outros viajaram com a família -, uma grande maioria tem sido assídua e tem participado de todas as discussões. E aqui incluo a Deputada Eliana Pedrosa, o Deputado Odilon Aires, o Deputado Chico Vigilante, a Deputada Ariete Sampaio, que sistematicamente está sentada nessa cadeira, o Deputado Paulo Tadeu e outros mais. Boa parte da Casa tem sido assídua, e eu me incluo nesta parte. Tenho estado presente em todas as discussões e debates, independentemente de ser da Comissão a qual pertenço. Quem participa desses debates sabe disso. Discutimos a pauta e outros assuntos. Tenho me feito presente, participativo e atuante em todas as discussões desta Casa. Não acho justo isso. Muito pelo contrário: uma matéria como essa é uma deslealdade com os que estão se dedicando, se empenhando no exercício do mandato.

Sr. Presidente, V.Exa. há de exigir desse jornalista, o Sr. Mateus Machado, a fonte dessa informação desleal. Caso ela tenha sido passada por algum *Parlamentar*, configura quebra de decoro parlamentar, porque não podemos fomentar matérias mentirosas em jornais. Quem disse que a CCJ não funciona há quinze dias *está*, acima de tudo, mentindo.

Então, Sr. Presidente, acho que é obrigação desta Casa não aceitar que sejamos todos colocados na mesma vala da *desmoralização*, da inoperância, da displicência, da falta de participação, da falta de compromisso... Não aceito ser colocado nessas valas. Da mesma forma, acredito que vários de nossos *Parlamentares*, que também estão aqui



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	20

assiduamente, faça sol ou faça chuva, tenha ou não tenha *quorum*, abrindo mão dos seus compromissos, também não aceitam.

Na última sessão realizada, quando votamos a TLP, só havia treze Deputados nesta Casa. Eu deixei um compromisso muito importante na minha base eleitoral em Santa Maria, onde estavam reunidos todos os empresários do Pró-DF para discutir a questão do alvará. O compromisso havia sido marcado com antecedência e eu deixei de comparecer. Fiz uma desfeita com minha base eleitoral, mas fiquei aqui para não deixar faltar o *quorum*.

Então, Sr. Presidente, na hora em que somos jogados nessa vala comum - e, diga-se de passagem, com todo o respeito que tenho pelo Deputado Augusto Carvalho, há um mês S.Exa. não participa dos compromissos desta Casa -, não vou levar em conta o que S.Exa. está fazendo, porque acho que faz parte do seu compromisso político dar assistência a sua base eleitoral na greve dos bancários. Porém, no último mês não temos contado com a presença do Deputado Augusto Carvalho, assim como com a da Deputada Erika Kokay em função dessa atividade.

Quanto ao Deputado Chico Leite, fiz todas as ressalvas hoje na CCJ. É claro que S.Exa. é um Parlamentar atuante, mas nos últimos meses S.Exa. tem tido dificuldades em comparecer às reuniões daquela Comissão.

Não me sinto no direito de criticar nem o Deputado Chico Leite, nem a Deputada Erika Kokay, nem o Deputado Augusto Carvalho, nem V.Exa., Sr. Presidente. Cada qual tem os seus problemas; cada qual sabe como deve honrar o compromisso que fez com a população, mas não é justo que sejamos jogados todos na mesma vala. Não é justo aceitarmos isso.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	21

DEPUTADA ELIANA PEDROSA - Deputado Pedro Passos, permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PEDRO PASSOS - Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PFL. Sem revisão da oradora.) - Eu gostaria de ratificar as palavras de V.Exa., Deputado Pedro Passos, mesmo porque a Comissão de Constituição e Justiça é uma das Comissões que se reúne nesta Casa semanalmente, a despeito de outras que possuem menos matérias por não serem comissões terminativas e que funcionam de quinze em quinze dias, como a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, da qual sou membro.

Todos desta Casa percebemos o esforço da Comissão de Constituição e Justiça para dar cabo à tarefa de examinar todos os projetos que tramitam nesta Casa.

Eu gostaria de ressaltar, também, que tenho sido incansável em dizer que o trabalho parlamentar não se restringe à participação neste plenário ou nas Comissões. O trabalho nas bases, procurando saber quais são as suas dificuldades para traduzi-las ou em projetos de lei ou em ações junto ao Poder Executivo, também é de grande importância.

Então, muitas das vezes, o Deputado não está em plenário, não está na Casa, mas está fazendo esse outro tipo de tarefa e de ação que também é pertinente ao trabalho parlamentar. É muito importante que se diga isso.

Em outras ocasiões, o Deputado não está neste plenário por, legitimamente, estar fazendo um processo de obstrução de algo com o que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	22

não concorda. O Parlamentar possui o argumento político de fazer a obstrução para ser ouvido ou para deixar registrada a sua posição.

Quero voltar ao caso dos transportes para dizer que não aceito que sejam imputados ao Governo do Distrito Federal, ao Poder Executivo, os desmandos com relação ao transporte, porque o projeto de lei que foi transformado em lei, hoje em vigor, foi iniciativa desta Casa e foi votado por esta Casa.

Então, a responsabilidade é da Câmara Legislativa do Distrito Federal e não do Poder Executivo. O Governo sancionou o projeto, mas acho que nós é que demos causa a isso.

Eu só gostaria de registrar a minha opinião.

Muito obrigada.

DEPUTADO WILSON LIMA - Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PEDRO PASSOS - Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PMDB. Sem revisão do orador.) -

Deputado Pedro Passos, comungo com as suas considerações. V.Exa. foi muito feliz no seu pronunciamento, mas eu também quero lamentar alguns fatos.

Sou Parlamentar desta Casa da época dos Deputados Gim Argello, Anilcéia Machado, Paulo Tadeu e de outros pares. Fiquei um ano ausente da Câmara Legislativa, mas estou nesta Casa há cinco anos. Deixei de viajar muitas vezes para atender a pleitos não do Governador, mas do Governo do Distrito Federal, porque eles interessavam ao povo, à comunidade. E, hoje, percebemos que os Deputados não pensam dessa mesma forma. Há muitos Deputados viajando e, quando a coisa "pega fogo",



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	23

eles saem fora. O caminho não deve ser esse. Devemos ir para o embate, defender as nossas ideias, o nosso mandato. O povo nos elegeu para assim procedermos, com dignidade, com seriedade e, sobretudo, com postura ética e não para fugirmos da raia, tirar o "corpo da reta" quando os problemas são mais graves.

DEPUTADO PAULO TADEU - Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PEDRO PASSOS - Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador) - Sr. Deputado, eu queria primeiro fazer uma avaliação sobre o porquê de a Câmara Legislativa hoje, mais uma vez, aparecer nos noticiários de maneira tão negativa. Isso é um reflexo do sentimento que o conjunto da sociedade tem desta Casa. Também existe um outro fator que é a ausência de comunicação do Poder Legislativo com a sociedade e, em especial, com os jornalistas que acompanham os nossos trabalhos. Na maioria das vezes, eles sequer têm o direito de obter as informações necessárias para trabalharem em matérias que sejam condizentes com a realidade.

Essas denúncias que aparecem envolvendo um ou outro parlamentar, muitas vezes, são utilizadas para tentar jogar todo mundo na fogueira. E o que aconteceu recentemente nesta Casa é a mais clara demonstração disso. O episódio que envolveu o Deputado Benício Tavares, que ocorreu na semana retrasada, foi um fato isolado que envolveu apenas um Parlamentar e não todos os Deputados desta Casa. Temos vinte e quatro Parlamentares nesta Casa. Um parlamentar está envolvido em denúncias que são anteriores a todas essas que já ouvimos, e, de repente, o que se vê é uma estratégia trabalhada dentro desta Casa, por alguns Parlamentares e

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	24

assessores, para colocar todo mundo no mesmo barco. É isso o que está acontecendo. Desde a semana passada, o que percebemos? Começaram a aparecer denúncias contra os Deputados desta Casa de uma maneira geral. São denúncias das mais diversas, que atingem vários cantos. Isso demonstra uma tática de tentar tirar do centro da discussão o episódio central da conjuntura que envolve o Deputado Benício Tavares, procurando envolver toda a Casa. Infelizmente, alguns Parlamentares toparam fazer esse jogo.

Quero dizer que tenho o maior respeito pelo jornalista Mateus, do *Correio Braziliense*. Entendo que ele fez a matéria com base em informações que recebera. Agora, é muito estranho que a Casa não tenha em mãos um levantamento de quantas proposições foram aprovadas neste ano.

Deputado Gim Argello, quantas proposições foram aprovadas de fevereiro até o dia de hoje? Em quantas sessões foram discutidos temas importantes para esta cidade? Quantas ações os Parlamentares fizeram nas cidades, nas comunidades, nas categorias? V.Exa. acabou de citar o exemplo dos Deputados Augusto Carvalho e Erika Kokay que estão, neste momento, acompanhando uma greve que se dá no País inteiro.

Infelizmente, o que se quer, neste momento, é mais uma vez envolver esta Casa em um lamaçal, sabedores de que, depois da ação que foi feita com relação ao ex-Deputado Carlos Xavier, esta Casa vinha em uma linha de moralização. Esta Casa vinha ganhando a respeitabilidade da comunidade. De repente, vem um episódio isolado que envolve um parlamentar desta Casa e, agora, usa-se a tática de tentar envolver toda a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	25

Casa. Alguns parlamentares estão participando desse jogo, o que é muito ruim.

No mais, temos a obrigação de informar tudo o que está sendo discutido e aprovado aos jornalistas que acompanham os trabalhos desta Casa. É claro que eu não visto a carapuça, mas também não posso aceitar que o Parlamento do Distrito Federal seja bombardeado e que fiquemos inertes, adotando o comportamento de colocar a cabeça debaixo do buraco e fingir que não temos nada a ver com isso. Temos a ver, sim, porque ninguém está satisfeito com o bombardeio que esta Casa sofre neste momento. É humanamente impossível achar que há algum parlamentar aqui satisfeito, vendo que todos os dias há um forte bombardeio envolvendo Parlamentares. É claro que não estamos satisfeitos. Temos a obrigação de tirar esta Casa disso, seja do partido a, b ou c.

Deputada Eliana Pedrosa, com todo o respeito que tenho por V.Exa., não dá para dizer que o problema do transporte é culpa desta Casa, pois quem tem o dever de executar, acompanhar e fiscalizar o transporte público do Distrito Federal é o Governo do Distrito Federal. Tanto é assim que, durante a discussão desse projeto que V.Exa. cita - e que cita com muita razão, inclusive respeito a posição de V.Exa.-, quem esteve aqui acompanhando e dando o sinal verde para esta Casa aprovar aquele projeto foi o Secretário de Transporte. Ou não foi? Participei de duas reuniões nesta Casa com o Secretário de Transporte, Portanto, o transporte de Brasília está um caos não é por causa desta Casa. Mais uma vez usam a tática de trazer problemas para esta Casa que não são de responsabilidade dela. Temos o dever de discutir, de apontar soluções, de cobrar soluções do Governo do

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	26

Distrito Federal para as mais diversas áreas, mas não podemos assumir responsabilidade que não cabe a esta Casa.

Deputado Pedro Passos, concordo com a sua intervenção. Os Parlamentares desta Casa devem ter uma postura ética, transparente, devem mostrar para a sociedade e para os jornalistas que acompanham os nossos trabalhos tudo o que fazemos. Devem dizer que o que ocorreu com o Deputado Benício Tavares, ou com o deputado a ou b, é um fato isolado e não envolve toda a Casa e que, portanto, tem de ser tratado dessa maneira.

DEPUTADO PEDRO PASSOS - Deputado Paulo Tadeu, considero fundamental o dever desta Casa, como instituição, de defender os Deputados e ela mesma. Cada matéria como essa deve ter uma reação desta Casa, nem que seja para fazer justiça pelos poucos, mas pelos poucos que trabalham e que se dedicam. Isso é obrigação desta Casa como instituição. E como instituição é obrigação desta Casa e de todos nós agirmos com lealdade. Acima de tudo, o Deputado não só tem a obrigação de se manifestar quando incitado pela imprensa ou pela população; mas também a de ser leal. Ao ser provocado com um assunto como esse, não pode o Parlamentar, até sob pena de sofrer quebra de decoro, fazer coro nesse discurso de jogar a Casa na lama. Não temos o direito de, como Parlamentar, apenas para agradar à imprensa ou à população, num discurso politiquero, demagogo, mentiroso, entoar esse discurso empurrando os colegas para a lama, como se todos nós estivéssemos na mesma vala. Nenhum de nós tem esse direito. Não tem eu nem a senhora e os Deputados Gim Argello, Chico Leite e Augusto Carvalho o direito de, para agradar à platéia ou ao jornalista, enfiar todos nós no mesmo saco e jogar na lama.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	27

Inclusive está sujeito a procedimento de quebra de decoro um Deputado que, para agradar a um jornalista, seja de maneira aberta ou em *off*, como dizem os jornalistas, usa da mentira e da esperteza, de maneira traiçoeira, para gerar fatos negativos.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa., que está nos representando e representando esta Casa, que tome providências em defesa da instituição para que não haja mais situações iguais a essa, que não são esclarecidas; que tome providências até contra os próprios Parlamentares que, no afã de fazer um discurso fácil, acabam dando coro para essa empreitada de desmoralizar a instituição.

DEPUTADO CHICO FLORESTA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO FLORESTA (PT. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, atesto que a Deputada Eliana Pedrosa estava nesta Casa segunda-feira, mas quero dizer que eu também estava e tenho certeza de que outros Parlamentares também. Encontrei o Deputado Fábio Barcellos na segunda-feira, no entanto a imprensa noticiou que não havia Deputado na Casa. Acho que isso está contaminando os Parlamentares, o que não pode acontecer. Na segunda-feira, combinei uma reunião com a Deputada Eliana Pedrosa para terça, mas infelizmente não pudemos realizá-la em virtude de uma audiência pública na Candangolândia. Os fatos foram resolvidos a *priori* e não foi necessária a intervenção da Comissão.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	28

Registro que esse clima de disputa entre os Parlamentares é complicado porque, às vezes, no afã de se ter uma posição preponderante, que é relativa, cometem-se equívocos e injustiças. Registro que eu estava presente, que vi o Deputado Fábio Barcellos e me reuni com S.xa. e com a Deputada Eliana Pedrosa. Sei também que outros Parlamentares estiveram na Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Demoramos meia hora para discutir esse tema. O Deputado Pedro Passos levantou um assunto da maior gravidade e que foi veiculado pela mídia hoje. Já pedi que a assessoria da Mesa faça um levantamento do que foi feito desde fevereiro até hoje. Quero saber quantas sessões foram realizadas e quantas matérias foram aprovadas. Fiz isso porque, como diz o nosso Presidente, Deputado Benício Tavares, não temos de trabalhar como se esta Casa fosse uma fofalha de fazer pão, só votando projetos. Há trabalhos realizados, como o da Deputada Erika Kokay. O Deputado Pedro Passos falou do Pró-DF de Santa Maria. Trata-se de trabalhos de campo que os Deputados desenvolvem.

É importante que se diga que o trabalho de plenário está em dia. Estamos com vinte e poucos vetos e eles só existem porque são projetos que foram votados e encaminhados para sanção. Isso é uma prova de que o trabalho existe e está sendo realizado. Esse levantamento que solicitei está sendo feito pela assessoria de plenário e vamos encaminhá-lo ainda hoje para que toda a imprensa possa divulgá-lo.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

Data	Horário <i>Início</i>	<i>Sessão/Reunião</i>	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	29

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PL. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, amanhã teremos duas audiências públicas, no mesmo horário de duas Comissões desta Casa das quais eu participo. Uma é a Comissão de Desenvolvimento Económico e Meio Ambiente e a outra é a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Terei de optar entre uma e outra. O meu encaminhamento a V.Exa. é para que não se realize audiência pública das comissões no mesmo dia e no mesmo horário. Isso faz com que alguns membros tenham de se ausentar de uma delas e não participem da discussão de temas importantes.

Na semana passada, a Deputada Eurides Brito também passou por isso, porque havia três eventos ocorrendo simultaneamente. Amanhã um evento será realizado nesta Casa e outro, da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, ocorrerá no Gama. Isso torna impossível a participação dos Parlamentares! Eu gostaria que se deliberasse que reuniões e audiências públicas de comissões não ocorressem no mesmo dia e no mesmo horário.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Concedo a palavra ao Deputado Peniel Pacheco.

DEPUTADO PENIEL PACHECO (PSB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acompanhei o pronunciamento do Deputado Pedro Passos e os apartes concedidos a alguns Parlamentares. Também estou indignado, não com a matéria, mas com os rumos que esta Casa vem tomando. Quando uma Casa está



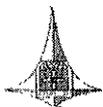
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	30

fragilizada em razão de denúncias, de notícias que são veiculadas pela mídia, pela participação de algum Parlamentar nessa ou naquela situação, ela fica exposta. Qualquer coisa é motivo para publicações na imprensa. Infelizmente, Parlamentares com assento nesta Casa têm dado motivos para que estejamos sendo alvo de toda essa pressão da sociedade. É uma pressão justa e legítima.

Penso que não devemos adotar uma postura de corporativismo e dizer: "Não, aqui está tudo bem." Não está tudo bem. Ou será que somente eu e a mídia estamos enxergando o que está acontecendo nesta Casa? Esta Casa está vivendo mais um período de fragilização, e essa fragilização repercute sobre todos. Não devemos pensar que o fato de apenas um ou outro Deputado ter sido citado em um processo ou ter sido envolvido em uma denúncia fará com que os outros passem incólumes. Quando uma instituição é atingida, todos ficam prejudicados. Por isso, considero errada uma postura corporativista, com o intuito de criar um escudo de proteção para a Câmara Legislativa.

A Câmara não precisa de nenhum escudo de proteção de Deputado, não. Precisamos é ter uma participação mais ativa. Não devemos vir para este plenário da forma como estamos vindo, mendigando *quorum* - onze, dez, nove, em contagem regressiva - para votar vetos que estão obstruindo a pauta. Ora, quem não está aqui talvez não saiba que isso esteja acontecendo, Deputado Chico Leite.

Há Deputados que dizem ser os mais assíduos. Se são eles os mais assíduos, é por isto que está ruim, porque raramente vêm aqui. Então, fico me perguntando até quando vamos ficar tentando vender uma imagem



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	31

boa da Câmara, se sabemos que aqui está acontecendo uma série de coisas que, de fato, comprometem a imagem do Poder Legislativo.

Desafio os Deputados a não ficar vindo ao microfone somente para fazer a defesa da instituição. Respeito a posição de cada um, mas a melhor defesa que podemos fazer do Poder Legislativo, como diz Boris Casoy, é passar a limpo todas essas pendências e questões que estão circulando nos bastidores desta Casa. No dia em que fizermos isso, não mais haverá matérias explorando as fragilidades desta Casa. Se isso está acontecendo, é porque os Deputados estão dando essa oportunidade.

Não estou aqui generalizando. Penso que devemos saber quem é quem. Estou sempre presente e sei que há alguns Deputados aqui que também estão. Há nove ou dez Deputados que sempre estão aqui, respondendo à chamada, votando as matérias, participando do processo. Agora, os demais nunca estão! Se se fizer a verificação de *quorum*, perceberemos que não estão aqui os 24 Deputados. É isso o que a sociedade está vendo.

É claro que uma matéria sobre a Câmara deve mostrar os dois lados. O lado da Câmara ausente, inoperante, inativa, existe. Mas existe também o lado que procura atuar, que procura estar presente, que procura, de alguma maneira, fazer com que a coisa evolua, caminhe.

Deputado Pedro Passos, penso que V.Exa. tem todo o direito de vir aqui e esbravejar a sua ira, mas vamos fazer um acordo. Vamos colocar os 24 Deputados neste plenário. Sei que talvez não consigamos os 24 todos os dias, mas pelos menos 20, 21, 22, para darmos uma demonstração de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	32

que estamos sendo pagos com dinheiro público para fazer o nosso trabalho da melhor maneira possível e com a máxima assiduidade.

Era o que eu queria dizer. Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO PEDRO PASSOS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PEDRO PASSOS (PTB. Sem revisão do orador.) - Deputado Peniel Pacheco, eu, sinceramente, gostaria de ter, pelo menos minimamente, esse poder que V.Exa. pretende alcançar. Se eu tivesse, V.Exa. poderia ter certeza de que esta Casa teria certamente, nesta Casa, os 24 Deputados, todos os dias. Mas não está ao alcance de nenhum de nós o poder de obrigar os Deputados a participar.

A partir do momento em que temos a nossa consciência e obedecemos a ela, cumprindo com a nossa obrigação, temos, pelo menos, o direito de não aceitar...

Deputado Peniel Pacheco, se V.Exa., os Deputados Chico Floresta, Aríete Sampaio, Chico Vigilante, eu e outros estamos aqui assiduamente, temos o justo direito de não aceitarmos que sejamos colocados na mesma vala daqueles que não estão. Essa é a maior questão.

Sr. Presidente, já que há dúvida quanto à tramitação correta, quero registrar que o Deputado Paulo Tadeu havia feito uma representação contra mim, por mencionar o nome dele, durante discussão, aqui, nesta Casa. Até sexta-feira passada, eu não havia tomado conhecimento dessa representação e só o fiz quando ela foi encaminhada a mim pelo Deputado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	33

Wilson Lima. Li a representação e concluí que não tive, em nenhum momento, a intenção de prejudicar o Deputado Paulo Tadeu. Formalizei esse entendimento ao Deputado Paulo Tadeu e S. Exa. e eu conversamos. Apesar de S. Exa. não haver sequer solicitado que eu me retratasse tendo, inclusive, se predisposto a retirar a representação, independentemente de manifestação minha, por iniciativa minha, fiz, por escrito, uma manifestação e dei entrada em um memorando, datado de hoje, dirigido ao Corregedor. Nesse texto, o Deputado Paulo Tadeu diz que não interessa mais a representação e solicita ao Corregedor o arquivamento da representação. Apenas para que fique registrado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Passa-se aos
Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADO CHICO FLORESTA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO FLORESTA (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dar um informe importante e oficial da Comissão de Desenvolvimento Económico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, acerca da Audiência Pública que realizaremos, nesta Casa, com a presença da Secretária de Património da União, Alexandra Reschke, sobre a questão da regularização fundiária do Distrito Federal. S.Exa. vai passar uma informação precisa sobre todo esse debate que está sendo travado, no Governo Federal, quanto à regularização de áreas como:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	34

Vicente Pires, Basevi, Itapuã. Se discute também a possibilidade de novas intervenções no âmbito Distrito Federal.

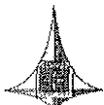
Essa audiência será realizada na sexta-feira, às 9h, e não, amanhã, como algumas pessoas me indagaram agora.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Parabéns, Deputado Chico Floresta, por esse trabalho e pela condução dessa Comissão.

Reforço o convite para a mídia e, principalmente, para os Parlamentares: sexta-feira, às 9h, haverá uma Audiência Pública, na Câmara Legislativa, organizada pela Comissão de Desenvolvimento Económico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, Esse evento contará com a presença da Diretora Nacional da Secretaria de Património União e será destinado à discussão da questão fundiária no Distrito Federal, com todos os enfoques que estão sendo dados ao assunto. Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) - Sr, Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero, em primeiro lugar, parabenizar o Instituto de Integração Social e de Promoção da Cidadania - o Integra -, que é presidido pela nossa Primeira Dama, Sra. Weslian Roriz, por ter recebido, no Rio de Janeiro, na semana passada, o Prémio Qualidade Brasil do *Internacional Quality Service*, destinado às instituições e empresas que se destacaram em 2004.

Todos nós, independentemente de coloração partidária, a comunidade toda do Distrito Federal, acompanhamos o trabalho que D. Weslian Roriz desenvolve no Integra, principalmente aquele voltado para os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	35

deficientes visuais. Esse instituto foi pioneiro em algumas áreas de serviços voltados ao atendimento desses portadores de deficiências, como é o caso do projeto Cão Guia, o primeiro do gênero em todo o Brasil, desenvolvido como resultado de um convênio de assistência técnica firmado com o Governo do Canadá. Esse projeto tem tido uma repercussão nacional.

Eu gostaria de me congratular com esse instituto.

Também, Sr. Presidente, eu gostaria de registrar o seguinte fato: o Governador Joaquim Roriz acaba de encaminhar a esta Casa uma mensagem ampliando, de oito para nove anos, a duração do ensino fundamental. É um projeto que merece ser acolhido, com a maior presteza, por esta Casa, para que possa ser implementado a partir do próximo ano.

Particularmente, a Comissão de Educação e Saúde sente-se extremamente feliz com o encaminhamento desta mensagem, porque aprovamos, ainda no final de 2003, a indicação nº 855, de minha autoria, que sugeria, **exatamente**, ao Poder Executivo do Distrito Federal a ampliação da duração mínima do ensino fundamental para nove anos.

É uma vitória coletiva desta Casa, porque a indicação foi toda ela aprovada pela Comissão de Educação e Saúde e, posteriormente, aprovada por este Plenário.

Sr. Presidente, na qualidade de Presidente da Comissão de Educação e Saúde, eu preciso me ausentar, por poucos minutos, pois agendei uma entrevista, com o Reitor da Universidade de Brasília, para tratar, **exatamente**, da questão do **convênio** entre aquela Universidade e o Governo do Distrito Federal. Eu e o Dr. Lauro Morhy precisamos acertar alguns pontos de desacordo, preparando-nos para uma Audiência Pública



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	36

agendada para a próxima semana. Eu pretendia que esse evento fosse realizado nesta sexta-feira, mas isso não foi possível por não haver mais horário disponível para utilização do auditório. Cheguei a propor ao gabinete da Deputada Aríete Sampaio que S. Exa. me cedesse o horário, mas acabei convencendo-me, por intermédio de seus assessores, da impossibilidade, pois a programação organizada por S.Exa. já havia sido divulgada.

Sairei rápido para ter essa reunião com o Dr. Lauro Morhy, mas voltarei para a votação em plenário.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Concedo a palavra ao Deputado Fábio Barcellos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado José Edmar.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR (PMDB. Para breve comunicação.) - Sr. Presidente. Eu gostaria de fazer uso da palavra, mas vou aguardar o pronunciamento do Deputado Augusto Carvalho, para, depois, em seguida, eu complementar a fala de S.Exa. Como o Deputado Augusto Carvalho não se encontra presente, em plenário, deixo para fazer o meu pronunciamento amanhã.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Concedo a palavra à Deputada Aríete Sampaio. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Érika Kokay. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Augusto Carvalho. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Vigão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Peniel Pacheco. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	37

Concedo a palavra ao Deputado Jorge Cauhy. (Encontra-se em tratamento médico.)

Concedo a palavra à Deputada Anilcéia Machado. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wilson Lima. (Pausa.)

DEPUTADO ODILON AIRES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ODILON AIRES (PMDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, indago, acompanhando a questão de ordem do Deputado Chico Vigilante, sobre uma matéria que V.Exa. colocou em pauta na semana passada. Trata-se do Projeto de Lei nº 1.532, de 2004, de autoria do Poder Executivo, que, em seu art. 1º, "autoriza a cessão de uso para a União, do imóvel do Distrito Federal, localizado no seguinte endereço: SEPN Quadra 510, lote 7, W-3 Norte, com suas benfeitorias". (sic)

Sr. Presidente, já votamos essa matéria e eu gostaria de fazer uma pequena correção. Essa cessão de uso vem a esta Casa para alterar a destinação, dando ocupação do imóvel descrito no *caput* da lei ao Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, e para dar possibilidade ao TRE de construir na Quadra 101, Conjunto 02, lote 01, Bairro Residencial Oeste, São Sebastião, e QS 16 AE-14 e AE-15, Riacho Fundo.

Solicito a V.Exa. que ponha a matéria em pauta para que possamos votá-la, em primeiro e segundo turnos. Considerando que já estamos no final do exercício financeiro de 2004, a União não poderá transferir recursos para o TRE, órgão vinculado ao Poder Federal, se o

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	38

Governo do Distrito Federal não conceder autorização de concessão de uso ao TRE.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Solicito aos assessores que se dirijam para outro local, pois estamos com dificuldades para ouvir os oradores.

Concedo a palavra ao Deputado Wilson Lima.

DEPUTADO WILSON LIMA (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa e público presente, venho a esta tribuna para dizer que protocolei, nesta Casa, um projeto de lei que "dispõe sobre o horário de verão no âmbito do Distrito Federal".

Este projeto, em seu art. 1º, dispõe: "O 'Horário de Verão' somente poderá ser instituído no Distrito Federal por meio de lei específica de iniciativa do Governador".

Deputado Chico Leite, V.Exa. goza do direito de exercer um cargo eletivo, pois foi consagrado na urnas com a maioria dos votos, e é o primeiro promotor público do Distrito Federal eleito para esta Casa. Por isso, eu gostaria que V.Exa. desse atenção à matéria até mesmo para me ajudar a defendê-la.

Sr. Presidente, este projeto visa retirar um vício: que o Governo Federal, por medida provisória, implante o horário de verão no Distrito Federal, haja vista que o art. 21 da Constituição Federal diz respeito à competência da União e não menciona que a União pode legislar sobre horário de verão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	39

O art. 20 da Lei nº 9.427, de 1996, assim dispõe: "Sem prejuízo do disposto na alínea b do inciso XII do art. 21 e no inciso XI do art. 23 da Constituição Federal, a execução das atividades complementares de regulação, controle e fiscalização de serviços e instalações de energia elétrica poderá ser descentralizada pela União para os Estados e o Distrito Federal, mediante convênio de cooperação".

Deputado Paulo Tadeu, eu gostaria de que V.Exa. também me ajudasse nesse sentido.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, está previsto no art. 196 da Constituição Federal que "a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".

Srs. Deputados, com a mudança de horário, mudamos nosso horário biológico e, com isso, temos prejuízo à saúde. As pessoas desnutridas e debilitadas jamais conseguirão se recuperar, talvez tendo sérios problemas.

No Canadá foi constatado que houve aumento de 6% na quantidade dos ataques cardíacos, sem contar com o aumento da ocorrência de acidentes vasculares cerebrais, com a mudança de horário de verão, pois causa uma mudança no horário biológico das pessoas.

Também aumentou no Canadá, Sr. Presidente, o risco de acidente automobilístico porque aumentou o tráfego de veículos fora do horário previsto e as pessoas, às vezes, saíam de casa sonolentas devido à alteração do horário biológico.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	40

Sr. Presidente, vou mais longe ainda: quero dizer que o mais prejudicado com o horário de verão é o cidadão de baixa renda, aquele que levanta mais cedo para trabalhar na obra. Geralmente esse cidadão sai de casa às 5h e, no caso do horário de verão, passará a sair de casa às 4h. Ele vai estar expondo a sua própria vida em detrimento da segurança, pois a Segurança Pública não está preparada para atender às pessoas no horário de verão.

Eu gostaria que os meus pares desta Casa me ajudassem a aprovar esse projeto, de imediato, para que apenas o Governo do Distrito Federal possa legislar sobre a presente matéria e implantar horário de verão mediante projeto de lei específico.

Agradeço a todos.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Concedo a palavra ao Deputado Brunelli. (Pausa.)

Vou encerrar os Comunicados de Parlamentares para dar início à Ordem do Dia.

Suspenderei a sessão por cinco minutos para uma reunião, com todos os Parlamentares, no cafezinho.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16h37min, a sessão é reaberta às 16h58min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Está reaberta a sessão ordinária.

Convido a Deputada Eliana Pedrosa a secretariar os trabalhos da Mesa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	41

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Item nº 1:

"Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 857, de 2003, de autoria do Deputado Vigão, que 'dispõe sobre o programa adolescente aprendiz e dá outras providências'.

Relator: Deputado - CCJ."

Na ausência do Relator, Deputado Brunelli, solícito ao Deputado Pedro Passos que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PEDRO PASSOS (PMDB. Para proceder à leitura do relatório.) - Sr. Presidente, é o seguinte o relatório:

RELATÓRIO Nº , DE 2004

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao PROJETO DE LEI Nº 857/2003, que "Dispõe sobre o Programa Adolescente Aprendiz e dá outras providências".

RELATOR: DEPUTADO ^{PEDRO PASSO} BRUNELLI

Com a Mensagem nº 265/2004-GAG, de 05 de agosto, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa que vetou o projeto em epígrafe, nos termos do disposto no art. 74, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

O art. 1º do projeto estabelece a criação do Programa Adolescente Aprendiz nas Unidades Operacionais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Conforme art. 2º da proposição, tal programa terá um período máximo de qualificação profissional de vinte e quatro meses. Já o art. 3º dispõe que o programa é uma parceria entre o Poder Público e instituições sem fins lucrativos, de inserção de adolescentes estudantes no mercado de trabalho, com faixa etária entre 14 e 18 anos. Os artigos 4º e 5º, por seu turno, versam sobre o detalhamento operacional do programa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA		
PL	n.º	857 / 03
Fls. n.º	29	

Na justificativa da proposição, o nobre autor, Deputado Vigão, afirma que o “*Programa Adolescente Aprendiz*” tem por objetivo principal estimular a prática da cidadania, de valores éticos, morais e profissionais, bem como promover a capacitação dos jovens aprendizes para serviços administrativos ou similares.

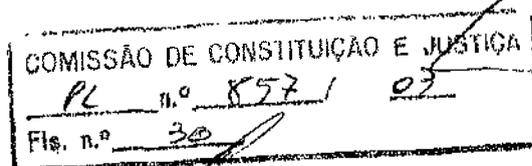
O projeto recebeu pareceres favoráveis da Comissão de Assuntos Sociais; da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e da Comissão de Constituição e Justiça, que aprovaram a proposição integralmente, sem emendas.

Aprovado em Plenário em primeiro e segundo turnos, o projeto foi encaminhado ao Governador, para os fins do art. 74, *caput*, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Ao cuidar da matéria, o Governador vetou a iniciativa por inconstitucionalidade ante o art. 61, § 1º, inciso I, alínea "a", da Constituição Federal e os arts. 53, *caput* e 71, § 1º, inciso IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Assevera o Chefe do Executivo que a proposta em tela usurpa competência privativa do Governador quanto à iniciativa das leis que disponham sobre atribuições das Secretarias de Governo, órgãos e entidades da administração pública, conforme art. 71, § 1º, inciso IV, da LODF.

Continua Sua Excelência afirmando que o projeto, ao criar atribuições para os órgãos que integram a administração do Distrito Federal,



afronta o princípio da separação e independência dos Poderes, insculpido nos art. 53, *caput*, da LODF.

Eis as considerações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em questão.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO PEDRO PASSOS
~~PRESIDENTE~~ *Passos*
DEPUTADO BRUNELLI
~~RELATOR~~ *Brunelli*

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL n.º *8571* *02*
Fls. n.º *31*



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	42

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO - Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esse projeto foi objeto de análise dos Líderes e houve acordo entre as Lideranças para derrubada do veto em Plenário.

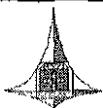
PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Em discussão o relatório.

Concedo a palavra ao Deputado Vigão.

DEPUTADO VIGÃO (PP. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para ratificar o nosso ponto de vista, devo dizer que esse projeto, na verdade, predispõe uma metodologia capaz de dar ao adolescente aprendiz a possibilidade de se formarem nas corporações militares e do Governo, onde sofrerão um processo de aprendizagem e qualificação profissional.

Esses jovens, diferentemente de outros, não terão de enfrentar problemas como o de conseguir o primeiro emprego ou responder à questão sobre quem nasceu primeiro: o ovo ou a galinha. O projeto em discussão institui a formalização do jovem no mercado a partir dos catorze anos de idade, o que é fundamental para a aprendizagem, a formação e a qualificação profissional do futuro homem.

Vejo nesse projeto a perspectiva que todo grande Estado gostaria de ter; os seus jovens encaminhados em corporações sem que o Governo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	43

tenha de fazer acontecer o processo, pois o projeto é apenas autorizativo e não impositivo. Abre-se apenas a possibilidade de meios serem utilizados para a formação e qualificação do jovem profissional, do jovem aprendiz. Portanto, não vi razões para que esse projeto tenha sido vetado.

São essas as minhas considerações, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - A Líder do PT, Deputada Aríete Sampaio, informa que existe um acordo com todos os Parlamentares para que o veto seja derrubado.

DEPUTADO VIGÃO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO VIGÃO (PP. Sem revisão do orador.) - Há um acordo para a derrubada do veto com as Lideranças de todos os partidos desta Casa. O próprio Governador entendeu que o veto de S.Exa. deveria ser derrubado.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação por escrutínio secreto.

Os Deputados que votarem "sim" estarão mantendo o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

O Sr. Secretário procederá à chamada nominal dos Parlamentares, que se encaminharão até a cabine indevassável, onde



Data	Horário <i>Início</i>	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	44

colocarão a cédula de votação em envelope, depositando-o, em seguida, na urna que se encontra sobre a mesa.

DEPUTADO VIGÃO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO VIGÃO - (PP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, havíamos combinado um sinal para que os Parlamentares viessem ao plenário quando estivéssemos em processo de votação, porém não sei por que isso não é cumprido. Se houver uma campanha intermitente no gabinete dos Parlamentares, saberão que estamos em processo de votação.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Deputado Vigão, a Casa acompanha pelo Sistema Legis a votação em plenário.

Solicito à Secretária que proceda à chamada nominal dos Parlamentares, que se encaminharão até a cabine indevassável, onde colocarão a cédula de votação em envelope, depositando-o, em seguida, na urna que se encontra sobre a mesa.

(Procede-se à votação por escrutínio secreto.)

DEPUTADO ODILON AIRES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ODILON AIRES (PMDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, tenho o hábito de ser pontual nesta Casa e em todas as

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	45

minhas atividades. Ouvimos a reclamação de que não estamos trabalhando. Inauguramos uma modalidade de trabalho que visa valorizar e dar importância a todas as Comissões. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, da qual sou Presidente, faz reunião externa. Faremo-la amanhã no Cruzeiro. Há Deputados que dizem não haver clima aqui dentro. Vamos para as cidades. Não entendo por que aqueles que mais reclamam não estão aqui agora. Aqueles que mais nos criticam não estão aqui. Dizem que há uma sirene que nunca funcionou aqui.

Deputado Vigão, podemos anunciar na sua rádio a votação. Anuncie até na CBN, que é uma rádio nacional. Vamos chamar esses Deputados para trabalhar.

É muita cara-de-pau, Deputada Eliana Pedrosa. Vejo até reportagem dizer que segunda-feira não havia ninguém trabalhando. Em meu gabinete se estava trabalhando. Eu estou em atividade parlamentar.

Agora, dizer que não estamos votando porque não há clima! Quem não gosta da Casa, que vá embora! Renuncie! Vai para televisão e diz: "O meu último dia de parlamentar é este." O eleitor fica grato e diz: "Até que enfim nós encontramos um deputado sério, porque não gosta da Casa e nem lá vai." Então, que renuncie ao mandato! Mande o suplente para cá que nós ficaremos mais satisfeitos!

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Estamos no meio do processo de votação por escrutínio secreto.

Convido a Deputada Eliana Pedrosa a servir como escrutinadora.
(Pausa.)

(Abertura da urna e contagem dos envelopes.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	46

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Foram encontrados 14 envelopes, número que coincide com o de votantes.

Passa-se à apuração. (Pausa.)

(Procede-se à apuração.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

46.1

SESSÃO ORDINÁRIA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Data: 13/10/2004

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) AO(S):

PROJETO DE LEI (COMPLEMENTAR) Nº(S) 859/03

Auor: **Deputado(a):** Wigao Executivo

Relator: **Deputado(a):** Pedro Passos

NOME DO DEPUTADO(A)	PRESENTE	AUSENTE
AGUINALDO DE JESUS - PMDB		kl
ANILCEIA MACHADO - PMDB		X
ARLETE SAMPAIO - PT	X	
AUGUSTO CARVALHO - PPS		X
BRUNELLI - PP	X	
CHICO FLORESTA - PT	X	
CHICO LEITE - PT	X	
CHICO VIGILANTE - PT	X	
ELIANA PEDROSA - PFL	X	
ERICA KOKAY - PT		X
EURIDES BRITO - PMDB		X
EXPEDITO BANDEIRA	X	
FABIO BARCELLOS - PFL		X
GIM ARGELLO - PMDB	X	
IVELISE LONGHI - PMDB		X
JORGE CAUHY - PFL		X
JOSE EDMAR - PMDB	X	
ODILON AIRES - PMDB	X	
PAULO TADEU - PT		X
PEDRO PASSOS - PMDB	X	
PENIEL PACHECO - PSB	X	
WIGAO - PP	X	
WILSON LIMA - PMDB	X	
BENICIO TAVARES - PMDB		X
TOTAL	14	10

ASSP [Assinatura] ASSP
SECRETÁRIO DEPT Fls. 1

VOTOS "SIM"	04	VETO MANTIDO	
VOTOS "NAO"	13	VETO REJEITADO	V
ABSTENÇÃO	-		
AUSENCIAS	10		

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	47

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos contrários e 1 voto favorável. Houve 10 ausências.

Total de votantes: 14.

O veto foi derrubado.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO VIGÃO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO VIGÃO (PP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Odilon Aires usou da palavra anteriormente, e S.Exa. poupou nas palavras. Eu não vou poupar porque se trata de um amigo meu. Hoje, o Deputado Augusto Carvalho falou a um dos maiores jornais da cidade, o *Correio Braziliense*, que esta Casa não trabalha. Entretanto, eu estive aqui semana passada, semana retrasada e esta semana e não vi, uma vez sequer, o Deputado Augusto Carvalho. Não sei com que legitimidade o repórter que fez a entrevista com o Deputado entende que S.Exa. seja um homem que comparece no plenário! Não sei com que legitimidade, porque não vejo S.Exa. aqui! São raríssimas as vezes em que vejo o Deputado Augusto Carvalho.

Embora eu tenha por S.Exa. o maior apreço, eu gostaria de dizer ao Deputado Augusto Carvalho que "passarinho que come pedra sabe a goela que tem". Antes de falar dos demais, S.Exa. deveria primeiro aprender a se comportar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	48

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Item nº 2:

"Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 128, de 2003, de autoria do Deputado Chico Leite, que 'dispõe sobre a divulgação, pelas prestadoras de serviços de telefonia e de energia elétrica, de tabela de preços dos seus serviços e dá outras providências'.

Relator: Deputado Chico Vigilante- CCJ."

Solicito ao Relator, Deputado Chico Vigilante, que emita relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para emitir relatório.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**RELATÓRIO N° /2004**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei n° 128, de 2003, que "dispõe sobre a divulgação, pelas prestadoras de serviços de telefonia e energia elétrica, de tabela de preços dos seus serviços, e dá outras providências".

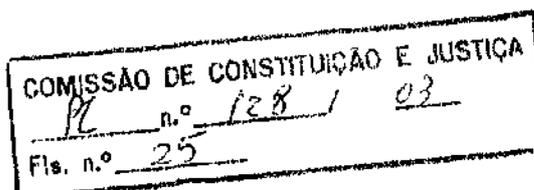
AUTOR: Deputado Chico Leite
RELATOR: Deputado Chico Vigilante

Pela Mensagem n° 267/2004-GAG, datada de 5 de agosto de 2004, o Governador do Distrito Federal comunica a esta Casa que opôs veto total ao Projeto em epígrafe, nos termos do art. 74, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

De autoria do Deputado Chico Leite, o Projeto de Lei n° 128/03 estabelece que as prestadoras de serviços de telefonia e de energia elétrica ficam obrigadas a divulgar a tabela de preços de todos os serviços colocados à disposição dos seus usuários, divulgação essa que deverá ocorrer sempre que houver alterações de preços, nos órgãos de imprensa ou outros meios de comunicação de massa.

Na justificção, o autor discorre sobre o Código de Defesa do Consumidor, cujas disposições respaldam a proposição, particularmente sobre o dever de informação adequada e clara sobre os preços dos produtos e serviços colocados à disposição do consumidor.

A proposição foi apreciada pelas Comissões permanentes e aprovada em Sessão Extraordinária em primeiro e segundo turnos.



No veto, o Governador alega que a proposição é inconstitucional, por conter matérias - água e energia elétrica - inseridas no rol de competências legislativas privativas da União, nos termos do art. 22, inciso IV, da Constituição. Que o Distrito Federal só pode editar regras sob o tema se expressamente autorizado por lei complementar federal. Que o fato de o projeto impor limitações às empresas permissionárias dos serviços de distribuição de energia elétrica e de telecomunicações viola a reserva de iniciativa legislativa mencionada. Que os setores em questão são regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.

Se essas razões não forem suficientes, ressalta o Governador, regulamentação da prestação de serviço público tem o tratamento legal reservado, privativamente, ao Chefe do Poder Executivo local, a quem compete exercer as atribuições inerentes à administração pública. Que o referido projeto configura usurpação da competência administrativa, com violação do princípio da separação e autonomia dos Poderes.

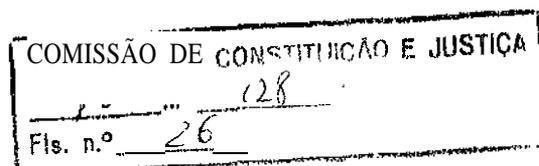
Ante essas razões, comunica que vetou o Projeto de Lei nº 128/03, com fundamento nos arts. 53, *caput*, e 100, incisos IV e X, da Lei Orgânica e no art. 22, inciso IV, da Constituição Federal, e solicita a manutenção do veto.

Eis as considerações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em questão.

Sala das Sessões, em de de 2004.

**Deputado Pedro Passos
Presidente**

**Deputado Chico Vigilante
Relator**





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	49

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO - Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, comunico aos Srs. Parlamentares que, diferentemente do que julga o Governador, nós não acreditamos que o veto se deveu por ser essa uma matéria legislada pela União. Porém, trata-se de um projeto de defesa do interesse do consumidor.

Nestes termos, votaremos pela derrubada do veto, discordando da argumentação interposta pelo Governo do Distrito Federal.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

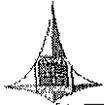
PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA - (PFL. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é também esse o entendimento da bancada do PFL.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Em discussão o relatório.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não é muito comum em ocasiões como essa, em que Líderes já usaram da palavra - minha Líder, Deputada Arlete Sampaio, a Líder do PFL, Deputada Eliana Pedrosa -, que eu venha ao microfone

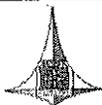


Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	50

defender a derrubada do veto de um projeto que considero não ser de minha autoria, mas de autoria da Comissão de Defesa do Consumidor. Na época, faziam parte daquela comissão V.Exa., o ex-Deputado Carlos Xavier e os Deputados Odilon Aires e Chico Floresta. Todos nós estávamos ali trabalhando em defesa do consumidor.

Agora, dizem que a hipótese do veto é de inconstitucionalidade, porque o projeto estaria tratando de energia, de telecomunicações. Ele não está. O constituinte foi sábio quando no art. 22 cometeu apenas à União a legislação sobre esses temas estratégicos. Mas o art. 24 da mesma Constituição diz que até o município tem competência para legislar sobre matéria de relação de consumo. E por que isso? Porque, de fundo, pode haver a relação estratégica, porém o que chega às relações diárias, desde a época de Kennedy, desde os anos 60, quando pela primeira vez anunciaram os princípios de defesa do consumidor, é o seguinte: o fornecedor de um lado e o cliente consumidor do outro; sendo este sempre mais frágil nessa relação, se não houver quem o defenda daquele.

Aqui estamos legislando sobre defesa do consumidor. Com o detalhamento das contas telefônicas de ligação local e com o fim da tarifa básica, esta Casa - não foi este Parlamentar, foi esta Casa, os blocos, todos os partidos, porque o consumidor não tem partido - foi a pioneira, nacionalmente, na defesa do consumidor. Esta Casa já havia aparecido nos jornais com outros dados poucos recomendados; porém, desta vez, apareceu como a pioneira nessa área em resposta ao Poder Executivo, que está em uma grande campanha contra o Poder Legislativo para enfraquecê-lo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	51

Alerto todos os colegas de que há uma campanha em curso por parte do Poder Executivo para fragilizar o Poder Legislativo porque, com isso, todas as críticas, todos os holofotes irão para o Legislativo. Todos são colocados, de uma maneira ou de outra, em um mesmo barco que não poderá emergir.

Portanto, eu gostaria de dizer aos meus colegas que são nesses momentos, nos momentos em que abraçamos o interesse e a defesa da sociedade, que podemos dar um grande salto para falar que quem defende a sociedade de Brasília é a Câmara Legislativa; e, com isso, dar o exemplo para o Brasil inteiro.

Apelo ao bom senso, à sensibilidade política dos colegas para que votemos "não" a fim de que não seja mantido esse veto. Devemos fazer a defesa da sociedade, que é o papel desta Casa.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wilson Lima.

DEPUTADO WILSON LIMA (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sou um Deputado que chegou há pouco tempo a esta Casa e ainda não aprendi muito. No entanto, aprendi algo que eu gostaria de dizer ao companheiro e amigo do peito, Deputado Chico Leite, o qual defendo, que a política é uma via de mão dupla e não de mão única. S.Exa. teve a infelicidade de não cumprimentar o Governador Roriz no dia em que S.Exas. foram eleitos, quando este lhe estendeu as mãos. Hoje aquela mão faz falta ao Deputado Chico Leite para incrementar suas ideias,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	52

suas vontades políticas, para fazer a defesa do povo de Brasília. Foi por causa daquele não-aperto de mão, uma falta de consideração do Deputado com aquele que foi sufragado nas urnas como o maior e mais bem votado Governador do Distrito Federal de todas os tempos. Hoje o Deputado Chico Leite reconhece que precisa do Poder Executivo, porque, assim, o Governo não estaria fazendo campanha contra S.Exa. A política hoje é uma via de mão dupla.

Votei com V.Exa., Deputado Chico Leite. Derrubaremos o veto. Entretanto, V.Exa. precisa entender que não podemos confundir as coisas: uma vez eleito, todos têm de se respeitar. A maior autoridade do Distrito Federal chama-se Joaquim Roriz, que hoje tem mais de 70% do apoio popular.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua **rejeição**, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação por escrutínio secreto.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

A Sra. Secretária procederá à chamada nominal dos Parlamentares, que se encaminharão até a cabine indevassável, onde colocarão a cédula de votação em envelope, depositando-o, em seguida, na urna que se encontra sobre a mesa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	53

(Procede-se à votação por escrutínio secreto.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Convido a Deputada Eliana Pedrosa a servir como escrutinadora. (Pausa.)

(Abertura da urna e contagem dos envelopes.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Foram encontrados 16 envelopes, número que coincide com o de votantes.

Passa-se à apuração. (Pausa.)

(Procede-se à apuração.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

53-1

SESSÃO ORDINÁRIA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
 VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) AO(S):

Data: 13/10 /2004

PROJETO DE LEI (COMPLEMENTAR) Nº(S) 28/03

Autor: Deputado(a): Chico Leite Executivo
Relator: Deputado(a):

NOME DO DEPUTADO(A)	PRESENTE	AUSENTE
AGUINALDO DE JESUS - PMDB	X	
ANILCEIA MACHADO - PMDB		X
ARLETE SAMPAIO - PT	X	
AUGUSTO CARVALHO - PPS	X	
BRUNELLI - PP	X	
CHICO FLORESTA - PT	X	
CHICO LEITE - PT	X	
CHICO VIGILANTE - PT	X	
ELIANA PEDROSA - PFL	X	
ERIÇA KOKAY - PT		X
EURIDES BRITO - PMDB		X
EXPEDITO BANDEIRA	X	
FABIO BARCELLOS - PFL		X
GIM ARGELLO - PMDB	X	
IVELISE LONGHI - PMDB		X
JORGE CAUHY - PFL		X
JOSE EDMAR - PMDB	X	
ODILON AIRES - PMDB	X	
PAULO TADEU - PT		X
PEDRO PASSOS - PMDB	X	
PENIEL PACHECO - PSB	V	
WIGAO - PP	X	
WILSON LIMA - PMDB	X	
BENICIO TAVARES - PMDB		X
TOTAL	16	8

ASSP _____ Nº _____
SECRETÁRIO DEP. [Assinatura] Fls.º _____

VOTOS "SIM"	6	VETO MANTIDO	<input checked="" type="checkbox"/>
VOTOS "NAO"	10	VETO REJEITADO	<input type="checkbox"/>
ABSTENÇÃO	0		
AUSÊNCIAS	8		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	54

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 6 votos favoráveis, 10 votos contrários.

Total de votantes: 16.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, fui citado há pouco por alguns Parlamentares e, para que não pare nenhuma dúvida sobre a nossa postura e a nossa visão sobre os procedimentos da Casa, particularmente no que tange à falta de Parlamentares, quero dizer que S.Exas. se equivocaram quando disseram que eu não teria condições de falar sobre essa questão por não estar presente nesta Casa há não sei quanto tempo. Isso é uma mentira. Desafio qualquer um a olhar na folha de frequência o dia em que faltei e a verificar o motivo dessa eventual falta. Todas estão com justificção.

Cheguei agora, é verdade. Eu estava - o Deputado Pedro Passos fez até referência a isto - acompanhando uma audiência de conciliação no Tribunal Superior do Trabalho.

Entendo eu, Sr. Presidente, que qualquer Parlamento do mundo tem a maioria e a minoria. Cabe à maioria dar o *quorum* para sustentar as votações. A obstrução é instrumento da minoria. Ainda assim, entendo que,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	55

quando não há a participação dos Parlamentares nas sessões de votação, deveria ser aplicada a norma, em boa hora já aprovada por esta Casa, que trata do desconto pecuniário relativo à ausência do Parlamentar à sessão. Não há ainda a regulamentação quanto às partes da sessão a que, eventualmente, tenha faltado o Parlamentar, mas esse é um procedimento que existe no Congresso Nacional e já foi adotado por esta Casa. Tal decisão já havia sido tomada na Legislatura anterior, se não me engano. Muitas vezes, diante de fatos que, lamentavelmente, têm acontecido, envolvendo um ou outro Parlamentar, a Câmara entra numa letargia, e as pautas, que poderiam estar sendo cumpridas, não o são em razão dessa comoção provocada por esses fatos.

Para repor a verdade dos fatos, Sr. Presidente, eu gostaria de prestar esse esclarecimento. Estou à disposição de qualquer colega para conversar e para justificar os meus pontos de vista, que têm sido sempre transparentes e colocados com toda a tranquilidade. É assim que penso e continuarei pensando.

Penso que, para o bem da Casa, é bom que essa decisão já tomada seja implementada. Dessa forma, teremos cada vez mais sessões deliberativas e o processo legislativo será cada vez mais profícuo aqui.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Srs. Parlamentares, comunico que três Parlamentares precisarão se ausentar. Temos a questão do TRE para votar.

DEPUTADO PEDRO PASSOS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	56

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PEDRO PASSOS (PMDB. Sem revisão do orador.) - Sr, Presidente, apenas para que não parem dúvidas - o Deputado Augusto Carvalho acabou de chegar e não participou da discussão -, registrei duas situações em meu pronunciamento. Penso que a Casa, como instituição, tem a obrigação de se defender contra esses ataques como o de hoje, de que há sete meses perdidos, improdutivos. Isso não é verdade. Participamos de diversas discussões, de diversos debates, de diversos assuntos nesta Casa. Não é correto que se ceda a esses ataques.

Deputado Augusto Carvalho, penso que também o Deputado, individualmente, tem a obrigação de zelar pela imagem da Casa. Não estamos todos na mesma vala. Da mesma forma que V.Exa. tem sido assíduo e cumprido o seu compromisso - registrei até que, se V.Exa. não tem estado aqui, é porque tem defendido a sua base, os bancários, que é também um compromisso de Parlamentar -, outros Parlamentares também têm exercido o mandato com fidelidade, com dedicação. Eu também. O pronunciamento de V.Exa. e do Deputado Chico Leite e uma parte do pronunciamento do Deputado Gim Argello não fizeram justiça a isso. Ficou parecendo que estamos na vala daqueles que aqui não comparecem, daqueles que não honram o mandato para o qual foram eleitos. Se V.Exa. olhar o jornal, verá que ele passa essa imagem. O meu registro é nesse sentido. Eu e diversos outros Deputados temos nos dedicado ao mandato com muita correção e muita intensidade.

DEPUTADO VIGÃO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	57

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ViGÃO (PP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apenas para fechar esse episódio. O que nós podemos constatar é que não se pode fazer omelete sem se quebrarem os ovos. Na verdade, o que queremos esclarecer aqui é que a atividade parlamentar não se restringe apenas à tribuna. Ser Deputado Distrital também implica prestar relevantes serviços à categoria que nos elegeu.

Por isso, parabenizo o Deputado Augusto Carvalho. Assim que o Deputado soube que eu havia falado a respeito dele no plenário, tive o privilégio de vê-lo imediatamente. Agradeço a presença do ilustre Deputado.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Item nº 3:

"Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 255, de 2003, de autoria do Deputado Peniel Pacheco, que 'dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão dos procedimentos de auxílio, orientação e proteção a crianças e adolescentes que tenham sofrido violência, no conteúdo programático dos cursos de formação de professores, diretores, orientadores e administradores escolares da rede pública e privada do Distrito Federal'.

Relator: Deputado Brunelli - CCJ."

Concedo a palavra ao Deputado Brunelli para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO BRUNELLI (PP. Para emitir relatório.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

RELATÓRIO Nº _____/2004

Da **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**, sobre o **VETO TOTAL** oposto ao **PROJETO DE LEI Nº 255/03**, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão dos procedimentos de auxílio, orientação e **proteção** a crianças e adolescentes que tenham sofrido violência, no conteúdo programático dos cursos de formação de professores, diretores, orientadores e administradores escolares da rede pública e privada do DF.

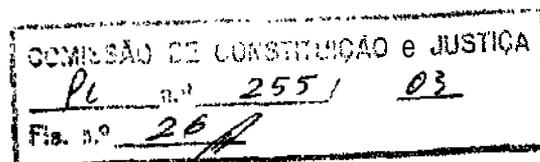
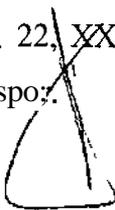
RELATOR: Deputado BRUNELLI

Com a Mensagem nº 269/2004, o Governador do Distrito Federal comunica à Presidência desta Casa os motivos de Veto Total oposto ao Projeto de Lei em epígrafe, nos termos do §1º do art. 74 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

A proposição em exame, de autoria do ilustre Deputado Peniel Pacheco, versa sobre mudanças no conteúdo programático de cursos da Secretária de Educação para professores, diretores, orientadores e administradores, objetivando uma melhor assistência a crianças e adolescentes vítimas da violência.

A presente proposição foi aprovada por esta Câmara sem a apresentação de emendas.

Em sua exposição de motivos, o Governador assevera que a proposição esbarra em impedimento constitucional porque o tema está adstrito ao tratamento legislativo privativo da União contido no art. 22, XXIV, abaixo transcrito, razão pela qual falece de competência o DF para sobre ele dispor.



“Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

XXIV – diretrizes e bases da educação nacional;

São estas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa,

Sala das Comissões, em

Deputado PEDRO PASSOS

Presidente

Deputado BRUNELLI

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA	
PL n.º	255 / 03
PU. n.º	27



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	58

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Em discussão o relatório. (Pausa.)

DEPUTADO PENIEL PACHECO - Sr. Presidente, solícito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PENIEL PACHECO (PSB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, informo que há um acordo feito na última reunião de Líderes para a não-manutenção desse veto. Trata-se de uma medida importante, solicitada pela Vara da Infância e da Juventude, de cumprimento ao Estatuto da Criança e do Adolescente pelas escolas. Portanto, daremos proteção à criança e ao adolescente com essa medida.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Continua em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação por escrutínio secreto.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

O Sr. Secretário procederá à chamada nominal dos Parlamentares, que se encaminharão até a cabine indevassável, onde colocarão a cédula de votação em envelope, depositando-o, em seguida, na urna que se encontra sobre a mesa.

4CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA**NOTAS TAQUIGRÁFICAS**

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	59

(Procede-se à votação por escrutínio secreto.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Convido Deputada Eliana Pedrosa a servir como escrutinadora. (Pausa.)

(Abertura da urna e contagem dos envelopes.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Foram encontrados 15 envelopes, número que coincide com o de votantes.

Passa-se à apuração. (Pausa.)

(Procede-se à apuração.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

59.1

SESSÃO ORDINÁRIA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Data: 13/10/2004

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S):

PROJETO DE LEI (COMPLEMENTAR) Nº(S) 255/03

Autor: Deputado(a): Penel Pacheco Executivo

Relator: Deputado(a): Brunelli

NOME DO DEPUTADO(A)	PRESENTE	AUSENTE
AGUINALDO DE JESUS - PMDB	K	
ANILCEIA MACHADO - PMDB		X
ARLETE SAMPAIO - PT	X	
AUGUSTO CARVALHO - PPS	X	
BRUNELLI - PP	X	
CHICO FLORESTA - PT	X	*
CHICO LEITE - PT	X	
CHICO VIGILANTE - PT	X	
ELIANA PEDROSA - PFL	X	
ERIÇA KOKAY - PT		X
EURIDES BRITO - PMDB		X
EXPEDITO BANDEIRA	X	
FÁBIO BARCELLOS - PFL		X
GIM ARGELLO - PMDB	X	
IVELISE LONGHI - PMDB		X
JORGE CAUHY - PFL		X
JOSE EDMAR - PMDB		V
ODILON AIRES - PMDB	X	
PAULO TADEU - PT		X
PEDRO PASSOS - PMDB	X	
PENIEL PACHECO - PSB	X	
WIGAO - PP	X	
WILSON LIMA - PMDB	X	
BENÍCIO TAVARES - PMDB		X
TOTAL	15	9

ASSP _____ SECRETÁRIO(EP) [assinatura] Fls.º _____ Nº _____ ASSP

VOTOS "SIM"	0	VETO MANTIDO	
VOTOS "NAO"	15	VETO REJEITADO	X
ABSTENÇÃO	0		
AUSENCIAS	9		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	60

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos contrários. Houve 9 ausências.

Total de votantes: 15.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Srs. Parlamentares, as votações dos três vetos sobre os quais havíamos firmado acordos já foram realizadas, mas há um assunto pendente, sobre verba federal destinada ao Tribunal Regional Eleitoral. Precisamos deliberar sobre esse assunto.

Tendo em vista termos concluído as votações desses três vetos, objetos de nossos acordos, proponho que encerremos esta sessão ordinária para, em seguida, abriremos sessão extraordinária, somente para votarmos os dois itens do TRE.

Aproveito para informar ao Deputado Brunelli sobre esse procedimento, pois sei que S.Exa. tem interesse em votar o Item nº 16, de sua autoria, mas para isso precisaríamos de 16 Parlamentares presentes.

DEPUTADO BRUNELLI - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para uma questão de ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (PPB. Para questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Eu gostaria de pedir deferimento, nos termos do art. 136 do Regimento Interno, de um requerimento que apresento à Mesa,

-4CÂMARA LEGISLATIVA DO **DISTRITO** FEDERAL
3ª SECRETARIA - DIRETORIA **LEGISLATIVA**
DIVISÃO DP. TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR **DE** TAQUIGRAFIA**NOTAS TAQUIGRÁFICAS**

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	61

solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 1.504/04, de minha autoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Deputado Júnior Brunelli, que será lido pelo Sr. Secretário. É lido o seguinte Requerimento:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO DISTRITAL BRUNELLI

Em 13/10/04
Sala das Sessões 61.1

Protocolo Legislativo, w registro a 00 RQ 1487/2004
ASSP. reREQIMwiENTO N' =2004
Em 13/10/04 (Do Sr. Deputado Brunelli)

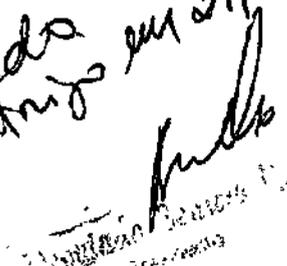
Paulo Roberto Guimarães de Castro
Secretário de Gabinete

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Nos termos do Regimento Interno desta Casa, artigo 136, requieiro a retirada do **Projeto de Lei nº 1504, de 2004**, que "dá o nome de "VASCO PEREIRA ERVILHA" ao viaduto sobre a BR 060 com a DF-280", de minha autoria.

Sala das Sessões, em


BRUNELLI
Deputado Distrital - PP

*DETA Corda
autoriza em 22/10/04*

Presidente

033 13/10/04 17:45:45



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13/10/04	15h	ORDINÁRIA	62

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Submeto ao Plenário o requerimento de autoria do nobre Deputado Brunelli, que, nos termos do art. 136 do Regimento Interno desta Casa, solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 1.504/04, de autoria do Deputado Júnior Brunelli, que "dá o nome de Vasco Pereira Ervilha ao viaduto da BR-060 com a Brasil-280."

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se.(Pausa.)

Está aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão ordinária, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após a esta.

(Levanta-se a sessão às 17h44min.)